

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA
ORGÂNICA

DISSERTAÇÃO

**Sistematização e Análise da Oferta de Produtos Orgânicos na
Feira do Bom Pastor em Juiz de Fora, Minas Gerais**

Gabriel Barbosa Pereira

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

**SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DA OFERTA DE PRODUTOS
ORGÂNICOS NA FEIRA DO BOM PASTOR EM JUIZ DE FORA,
MINAS GERAIS**

GABRIEL BARBOSA PEREIRA

Sob a Orientação do(a) Professor(a)
Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca

e Co-orientação do(a) Professor(a)
Anelise Dias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Agricultura Orgânica**, no Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

Seropédica, RJ
Setembro de 2021

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436s Pereira, Gabriel Barbosa, 1987-
Sistematização e análise da oferta de produtos orgânicos na feira do Bom Pastor em Juiz de Fora, Minas Gerais / Gabriel Barbosa Pereira. - Seropédica RJ, 2021.
72 f.: il.

Orientadora: Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca.
Coorientadora: Anelise Dias.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, 2021.

1. Circuitos curtos de comercialização . 2. Sistemas agroalimentares localizados. 3. Feira orgânica. I. Fonseca, Maria Fernanda de Albuquerque Costa , 1954-, orient. II. Dias, Anelise, 1977 -, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta dissertação, desde que seja citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

GABRIEL BARBOSA PEREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Agricultura Orgânica**, no Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

DISSERTAÇÃO APROVADA em 17/09/2021

Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca Dra. PESAGRO-RIO
Orientadora

Guilherme de Freitas Ewald Strauch. Dr. Emater-Rio

José Antonio Azevedo Espíndola. Dr. Embrapa Agrobiologia

DEDICATÓRIA

Ao povo!

Que um dia, todos possam se alimentar com qualidade e em quantidade necessária para manter sua dignidade.

Aos agricultores e agricultoras que conseguem superar o desafio de produzir alimento de qualidade, acessível para o povo e respeitando os outros seres da natureza.

(Luana Muritiba Lemos)

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por me permitir realizar este trabalho, iluminar minhas escolhas e colocar pessoas maravilhosas em meus caminhos.

A minha família, em especial aos meus pais Gessy e Josi, grandes incentivadores e responsáveis pela minha inscrição no programa, pelos momentos de apoio nos momentos mais difíceis do curso.

Ao meu amor e esposa, Janice. Pelo comprometimento no trabalho durante minha ausência, pelo incentivo constante, amor e presença em todos os momentos do curso.

À minha filha, Maria Ventorim Pereira, pelo prazer em viver a experiência de ser pai.

Aos amigos da turma IX do Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, pela amizade, companheirismo e troca de experiências, pela disponibilidade em ajudar e compartilhar sempre.

Aos agricultores orgânicos, agroecológicos, sintrópicos que me inspiram a permanecer lutando por uma agricultura que resiste, recupera e conserva os recursos naturais. Em especial aos que nos acolheram nas vivências no decorrer do curso.

A Francisco José Guimarães Barbosa e Dilene Barbosa, por nos ceder a terra para plantio desde 2014, se tornando a primeira propriedade rural a receber o certificado de conformidade orgânica em Leopoldina/MG.

Aos professores, funcionários e colaboradores do Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica. Em especial à coordenação pela competência e disponibilidade em todos os momentos.

Aos professores Dr. José Guilherme Marinho Guerra e Dra. Anelise Dias, pela disponibilidade em colaborar na qualificação deste trabalho.

À Professora e Orientadora Dra. Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca, pela confiança, otimismo, paciência, por toda colaboração e entusiasmo no decorrer do curso, disciplina e em especial nesta dissertação, muito obrigado.

À UFRRJ, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrobiologia) e à Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO), pela oportunidade.

BIOGRAFIA

O autor, nascido em fevereiro de 1987, em Leopoldina - MG, teve contato com produção agropecuária através de seus avós que sempre estiveram envolvidos com as atividades na zona rural. Esse contato quando criança direcionou a escolha pelo curso de Agronomia na Universidade Federal do Espírito Santo, mesma universidade que seus pais haviam se formado. Foi ao longo da graduação que o autor percebeu a necessidade de colocar em prática tudo aquilo que estava aprendendo. Assim, no final do curso, em 2012 optou por iniciar a carreira profissional prestando assistência técnica, juntamente com a companheira Janice Andreon Ventorim, em Leopoldina/MG, onde atendia os produtores da região nas mais diversas demandas. Paralelamente foi iniciada a implantação do pomar e horta, na Fazenda Boa Vista, propriedade do avô materno em Leopoldina, unidade essa que serviu como laboratório para vivenciar o que havia aprendido na teoria. Em 2016 concluiu o curso técnico em agropecuária pelo Instituto Federal Sudeste de Barbacena. Ainda neste ano recebeu o certificado de conformidade orgânica pelo Instituto Mineiro de Agropecuária para produção primária vegetal e pela Associação de Produtores Biológicos do Rio de Janeiro para produção primária vegetal e processamento de origem vegetal através do SPG MOGICO, uma associação de produtores orgânicos de Juiz de Fora e região. Como produtor orgânico forneceu alimentação orgânica para as escolas do município e estado através no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Em 2018 concluiu o curso de MBA em Gestão do Agronegócio pela UNICESUMAR. Em 2019 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica (PPGAO) da UFRRJ, em parceria com a PESAGRO-RIO e Embrapa Agrobiologia, na busca por atualização e enriquecimento do conhecimento na área em que pretende atuar pelo restante da vida, a agricultura orgânica. Atualmente atua como extensionista agropecuário na EMATER - MG em Santana do Garambéu - MG.

RESUMO

PEREIRA, Gabriel Barbosa. **Sistematização e análise da oferta de produtos orgânicos na feira do Bom Pastor em Juiz de Fora, Minas Gerais**. 2021. 57 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

Os circuitos curtos de comercialização de orgânicos têm crescido em nosso país, sendo uma forma de comercialização que proporciona maior envolvimento entre vendedores (muitas vezes acaba sendo o próprio produtor, também feirante) e os consumidores finais. O surgimento da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, que levou a necessidade do isolamento social, fez com que sistemas alimentares sofressem modificações, bem como as relações de consumo. Assim sendo, o objetivo desta dissertação consistiu na sistematização e análise da oferta de produtos orgânicos na Feira do Bom Pastor, localizada no município de Juiz de Fora – MG, durante o período pré e pós pandemia de COVID-19. A Feira do Bom Pastor é coordenada pelos associados da MOGICO (Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânicos), os quais se organizaram para dar continuidade na oferta de produtos orgânicos durante a pandemia. Para a sistematização da oferta (origem, diversidade, quantidade, qualidade, frequência e preços) realizou-se a coleta dos dados da feira e das cestas *online* da MOGICO no período de janeiro de 2019 a maio de 2021. Em 2021, havia um total de oito feirantes e 15 barracas, pois existem feirantes que possuem até quatro barracas para comercializar seus produtos. Dentre essas barracas, há cinco escopos diferentes de produção: produção primária vegetal, processamento de produtos de origem vegetal, produção de cogumelos comestíveis, produção primária animal e processamento de produtos de origem animal. Vale destacar que há uma uniformidade da oferta de produtos no período estudado, pois dentre os 54 produtos ofertados, 31 ficam disponíveis durante o ano todo, com diversidade de hortaliças (frutas, legumes e verduras). Paralisada em março 2020, a Feira do Bom Pastor retornou com suas atividades em agosto de 2020 seguindo todos os protocolos de segurança sanitária. O faturamento bruto da feira no ano de 2019 foi de R\$ 445.025,00 sendo média de R\$37.085,40/mês; em 2020 foi de R\$ 157.552,00 sendo a média de R\$ 22.507,50/mês e até maio de 2021 foi de R\$ 59.151,00 sendo a média de R\$ 14.792,87/mês demonstrando uma redução no faturamento bruto mensal de 39,31% no ano de 2019-2020 e 34,28% no ano de 2020-2021. Antes da pandemia de COVID-19, não havia a comercialização dos produtos orgânicos de forma coletiva entre os feirantes, na modalidade de cestas em domicílio. Em decorrência da disseminação da COVID-19, em março de 2020, as feiras foram suspensas e partir de então os feirantes se organizaram de modo a comercializar coletivamente seus produtos na forma de cesta *online* no site denominado “Cesta de produtos orgânicos MOGICO”. A criação do *site* proporcionou aos produtores uma nova forma de comercialização dos seus produtos em meio à continuidade da pandemia de Covid-19, além de os deixarem mais esperançosos e motivados para melhorar o planejamento na produção de orgânicos. Os circuitos curtos de comercialização favorecem o desenvolvimento da economia local, fazendo com que os alimentos sejam produzidos e consumidos na região, possibilitando a oferta de produtos saudáveis e frescos, além do maior estreitamento das relações entre os feirantes e os consumidores.

Palavras-chave: Circuitos curtos de comercialização. Sistemas agrialimentares localizados. Feira orgânica. Preços produtos de orgânicos.

ABSTRACT

PEREIRA, Gabriel Barbosa. **Systematization and analysis of the offer of organic products at the Bom Pastor fair in Juiz de Fora, Minas Gerais**. 2021. 57 p. Dissertation (Professional Masters in Organic Agriculture). Institute of Agronomy, Plant Science Department, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

The short circuits for the sale of organic products have grown in our country, being a form of marketing that provides greater involvement between sellers (often it ends up being the producer himself, also a marketer) and end consumers. The emergence of the COVID-19 pandemic in 2020, which led to the need for social isolation, caused changes in food systems, as well as in consumption relationships. Therefore, the objective of this dissertation consisted in the systematization and analysis of the offer of organic products at Feira do Bom Pastor, located in the municipality of Juiz de Fora – MG, during the pre and post pandemic period of COVID-19. The Bom Pastor Fair is coordinated by the members of MOGICO (Mount of People Interested in Organic Consumption), who organized to continue offering organic products during the pandemic. In order to systematize the offer (origin, diversity, quantity, quality, frequency and prices) data from the fair and from MOGICO's online baskets were collected from January 2019 to May 2021. In 2021, there was a total eight stalls and 15 stalls, as there are stalls that have up to four stalls to sell their products. Among these stalls, there are five different production scopes: primary vegetable production, processing of vegetable products, production of edible mushrooms, primary animal production and processing of animal products. It is worth noting that there is a uniformity in the supply of products in the period studied, as among the 54 products offered, 31 are available throughout the year, with a variety of vegetables (fruits, vegetables and greens). Stopped in March 2020, Feira do Bom Pastor resumed its activities in August 2020 following all health safety protocols. The fair's gross revenue in 2019 was R\$445,025.00, with an average of R\$37,085.40/month; in 2020 it was BRL 157,552.00 with an average of BRL 22,507.50/month and until May 2021 it was BRL 59,151.00 with an average of BRL 14,792.87/month, demonstrating a reduction in monthly gross sales 39.31% in the year 2019-2020 and 34.28% in the year 2020-2021. Before the COVID-19 pandemic, organic products were not sold collectively among market vendors, in the form of baskets at home. As a result of the dissemination of COVID-19, in March 2020, the fairs were suspended and from then on the marketers organized themselves in order to collectively market their products in the form of an online basket on the website called “MOGICO Organic Products Basket”. The creation of the website provided producers with a new way of marketing their products amid the continuation of the Covid-19 pandemic, in addition to making them more hopeful and motivated to improve planning in the production of organic products. The short commercialization circuits favor the development of the local economy, causing food to be produced and consumed in the region, enabling the offer of healthy and fresh products, in addition to a closer relationship between marketers and consumers.

Keywords: Short marketing circuits. Localized agrifood systems. Organic fair. Organic products prices.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores da evolução da produção orgânica no mundo no período de 2015-2019.	4
Tabela 2. Relação de produtores orgânicos por unidade da federação de acordo com o tipo de mecanismo de garantia e informação da qualidade orgânica.....	9
Tabela 3. Indicadores da evolução da produção orgânica no Brasil no período de 2015-2019.	10
Tabela 4. Evolução do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos por tipo de mecanismo de avaliação da conformidade (OAC, OCS e OPAC) no estado de Minas Gerais (2014, 2016 e 2021).	13
Tabela 5. Número de organismos de avaliação da conformidade orgânica com atuação em Minas Gerais e no Brasil de acordo com o mecanismo de avaliação da conformidade orgânica.	13
Tabela 6. Organismos de Avaliação da Conformidade (certificadoras) em Minas Gerais.	14
Tabela 7. Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade atuantes em Minas Gerais até junho de 2021.	14

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Composição de produtores orgânicos feirantes da Feira Orgânica na Praça Bom Pastor, Juiz de Fora – MG, 2021.	25
Quadro 2. Composição de produtores orgânicos não feirantes, fornecedores da feira orgânica da Praça Bom Pastor, Juiz de Fora – MG, 2021.	26
Quadro 3. Vendas anuais de produtos orgânicos na feira orgânica do Bom Pastor, Juiz de Fora - MG.	30
Quadro 4. Classificação dietética dos alimentos ofertados na feira Bom Pastor durante período de um ano (janeiro a dezembro de 2019).	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Feira Bom Pastor em Juiz de Fora – MG.....	27
Figura 2. Preço dos 10 produtos orgânicos com maior receita durante os anos de 2019, 2020 e 2021 na feira da praça Bom Pastor, em Juiz de Fora – MG.	29
Figura 3. Valores de vendas anuais dos 54 produtos ofertados na feira orgânica da praça Bom Pastor, Juiz de Fora -MG, ano de 2019.....	31
Figura 4. Valores de vendas anuais dos 54 produtos ofertados na feira orgânica da praça Bom Pastor, Juiz de Fora -MG, ano de 2020.....	32
Figura 5. Valores de vendas anuais dos 54 produtos ofertados na feira orgânica da praça Bom Pastor, Juiz de Fora -MG, de janeiro a maio de 2021.....	33
Figura 6. Disposição das barracas na feira orgânica Bom Pastor, Juiz de Fora - MG, antes (A) e durante a pandemia de Covid-19 (B).	35
Figura 7. Site da MOGICO e exemplo de como adquirir produtos orgânicos da cesta coletiva.	37
Figura 8. Produto orgânico com a exibição do selo SISORG no canto superior direito, conforme orientações do MAPA.	39

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

- ABIO – Associação dos Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro
ANC – Associação de Agricultura Natural de Campinas e região
CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CCC – Circuitos Curtos de Comercialização
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo
CEDRAF - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CCFO – Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
CIAPO – Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPO – Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CNPOrg – Comissão Nacional da Produção Orgânica
COVID – 19 – sigla em inglês para Doença do Coronavírus 2019
CPOrg-MG – Comissão da Produção Orgânica de Minas Gerais
CSA – sigla em inglês para Agricultura apoiada pelos Consumidores
CTAPO – Câmara Técnica de Agroecologia e Produção Orgânica (MG)
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais
FiBL – sigla em alemão para Instituto de Pesquisa em Agricultura Orgânica
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBD – Instituto Biodinâmico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM – sigla em inglês para Federação Internacional dos Movimentos em Agricultura Orgânica
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTECOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF
ISO – sigla em inglês para Organização Internacional para Normalização/Padronização
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOGICO – Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico
OAC – Organismo de Avaliação da Conformidade
OCS – Organismo de Controle Social
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
ORCA – sigla em espanhol para Aliança de Centros de Pesquisa Orgânica

ORGANIS – sigla para o Conselho Brasileiro de Agricultura Orgânica e Sustentável

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCC - Produção de cogumelos comestíveis

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

POA - Processamento de origem animal

POV - Processamento de origem vegetal

PPA - Produção primária animal

PPV – Produção Primária Vegetal

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAA - Redes Alimentares Alternativas

SAN – Segurança alimentar e nutricional

SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MG)

SiAL – Sistemas Agrícolas Localizados

SisOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SPG – Sistema Participativo de Garantia

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos.....	3
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	4
2.1 Desenvolvimento da Produção Orgânica no Mundo.....	4
2.2 Produção Orgânica no Brasil.....	5
2.2.1 Institucionalização da agricultura orgânica	6
2.2.2 Produção orgânica em MG	10
2.3 Circuitos Curtos de Comercialização	15
2.4 Mercado de Produtos Orgânicos no Mundo	18
2.5 Mercado de Produtos Orgânicos no Brasil e no Estado de Minas Gerais	19
3 MATERIAL E MÉTODOS	22
3.1 Localização da Pesquisa	22
3.2 Metodologia de Avaliação e Pesquisa	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 A MOGICO e a Produção Orgânica.....	24
4.2 A Feira do Bom Pastor	25
4.3 Oferta e Preço dos Produtos Orgânicos	27
4.4 Cestas em Domicílio.....	36
4.5 Não Conformidades no Ponto de Venda e nos Rótulos.....	38
5 CONCLUSÕES.....	40
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	52
A – Tabela de oferta de produtos ofertados na feira da praça Bom Pastor seus respectivos valores praticados no ano de 2019.....	52
B – Tabela de oferta de produtos ofertados na feira da praça Bom Pastor seus respectivos valores praticados no ano de 2020.....	53
C – Tabela de oferta de produtos ofertados na feira da praça Bom Pastor seus respectivos valores praticados no ano de 2021.....	54
D – Modelo de romaneio de feira utilizado na feira da praça Bom Pastor, Juiz de Fora-MG.	55
E – Tabela de oferta de produtos ofertados na Feira do Bom Pastor, Juiz de Fora-MG (continua).....	56

1 INTRODUÇÃO

A busca dos consumidores por uma alimentação e hábitos saudáveis caminha de encontro à crescente demanda por alimentos orgânicos no mundo e no Brasil. Com a conscientização sobre os riscos da ingestão de resíduos químicos presentes nos alimentos, manuseio destes agrotóxicos pelos produtores e suas famílias e danos causados por eles ao meio ambiente e a sua saúde, produtores de todo o mundo buscam a utilização de métodos alternativos de cultivo à agricultura industrial (uso intensivo de insumos, monoculturas, etc.). Impulsionada pela demanda e pela busca da sustentabilidade econômica, ambiental e social, a produção orgânica¹ se destaca como forte tendência de mercado confirmada pela procura por estes alimentos que cresce a cada ano, com garantias das qualidades orgânicas.

A produção orgânica como conhecemos, cresceu no Brasil a partir dos anos 70 do século passado, em meio às críticas à revolução verde. Em fins do século passado após construção da sociedade civil com poder público, sai a primeira normativa do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento) sobre produção orgânica (Instrução Normativa - IN 007/99) que já reconhecia a existência de diferentes mecanismos de avaliação da conformidade orgânica. No início do século XXI, ganhou força o processo de institucionalização da produção orgânica no Brasil, com a publicação em 2003 da lei 10.831 e sua posterior regulamentação (Decreto 6.323 em 2007 e as Instruções Normativas em 2008 e 2009).

A Lei 10.831 (BRASIL, 2003a) é o principal marco legal da agricultura orgânica brasileira, estabelecendo critérios para identificação dos produtos, definindo quanto à responsabilidade pela qualidade orgânica, quanto aos procedimentos relativos à fiscalização, à aplicação de sanções, ao registro de insumos, e a adoção de medidas sanitárias e fitossanitárias que não comprometam a qualidade orgânica dos produtos. Para além das práticas de manejo e bioinsumos (caldas, por exemplo) consideram princípios ambientais e sociais na condução dos sistemas de produção. Os canais de comercialização inicialmente usados foram feiras específicas (ou não) de produtos orgânicos, que aproximavam produtores e consumidores.

Segundo Lima *et al.* (2020) as feiras estão distribuídas pelo Brasil, mas dependendo da região, pesquisas apontam os supermercados como maiores espaços de preferência de compra dos produtos orgânicos. Entretanto, no final do século XX e no início do século XXI ocorreram iniciativas frustradas de ofertas de produtos orgânicos nos supermercados nas grandes capitais por diversos motivos: no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, tais como a entrada de produtos orgânicos oriundos do estado de São Paulo (FELIPPE, 2017), o que levou ao estímulo à venda direta (feiras de produtores, cestas em domicílio) o que estimulou a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, e na esfera federal, a construção de políticas públicas para acesso pelos agricultores familiares aos mercados institucionais (como por exemplo, o PAA –

¹ De acordo com a lei 10.831/2003, sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003a). O sistema de produção orgânico tem como princípios básicos, segundo seu fundador Sir Albert Howard, a não utilização de adubos artificiais, principalmente, adubos químicos minerais e o alcance da melhoria da fertilidade do solo através do uso da matéria orgânica. Além de considerar a importância dos processos biológicos, o sistema de produção orgânico está totalmente preocupado com a relação solo, planta, animal e a saúde do homem, no sentido de levar à integração e à diversificação do sistema, que pode ser alcançada através de práticas de poli-cultivo, sistemas agro florestais, rotações de culturas, adubação verde, etc. (SCHIMAICHEL; RESENDE, 2006).

Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação escolar, ou seja, fomento aos chamados circuitos curtos de comercialização (CCC).

Independente do canal de comercialização que os produtores orgânicos utilizam, além de seguir regras rigorosas para a produção, há necessidade de serem eficientes em determinados processos que os mercados consumidores exigem, como a oferta constante de produtos, garantia da entrega, mix de produtos definido, origem, qualidade (padrão) dos produtos, logística e prazos de pagamento. Sem todos estes fatores bem alinhados dificilmente um produtor consegue se manter no mercado formal, pois eles dificultam o desenvolvimento dos sistemas agrifalimentares localizados - SiAL (LAMINE; MARÉCHAL; DAROLT, 2018)², assim como acontece na comercialização de produtos oriundos de sistemas convencionais de produção.

Como forma de favorecer os produtores e garantir alimentos mais saudáveis, os produtores e consumidores têm estreitado os seus laços e estão construindo redes alimentares alternativas (RAA) à expansão do sistema alimentar hegemônico de produção e comercialização, através da criação de associações, cooperativas, feiras e grupos de consumo (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Nesses novos espaços de comercialização não acontece somente a venda de produtos, há um envolvimento muito maior entre vendedor e comprador, produtores e consumidores. Nesse caso de mutualismo, todos ganham: os produtores ficam satisfeitos com o reconhecimento do seu trabalho e os consumidores como coprodutores, financiam a atividade em troca do alimento (MUÑOZ; NIEDERLE, 2018).

Se levarmos em consideração o caso da região metropolitana de Curitiba como base para uma análise do futuro do mercado de orgânicos no Brasil, podemos imaginar um mercado promissor. Nos últimos anos foi crescente o número de iniciativas de circuitos curtos de comercialização na região. Segundo Santos e Darolt (2016), as feiras orgânicas, por exemplo, cresceram 250% nos últimos 10 anos e outros canais de comercialização como as lojas especializadas, *deliveries* e supermercados também acompanharam a boa fase do mercado de orgânicos.

Mesmo com a oferta de produtos aumentando em diversos canais de comercialização, tem se observado a preferência dos consumidores por circuitos curtos de comercialização que possibilitam o fornecimento de alimentos frescos e com diversidade, respeitando a sazonalidade bem como em função dos preços médios serem inferiores aos praticados em lojas especializadas e supermercados (PEREZ-CASSARINO *et al.*, 2018).

Por ser uma atividade que vem crescendo faltam informações para melhor desenvolvimento da produção e do consumo de produtos orgânicos no Brasil, tanto para os gestores de programas de alimentação escolar, quanto para os gerentes de supermercados, pequenos mercados, distribuidores de cestas e consumidores urbanos de diferentes faixas de renda.

Com o surgimento da pandemia de COVID-19 no início do ano de 2020 que levou a necessidade de isolamento social, os SiALs passam por mudanças/adequações bem como os mecanismos e ferramentas de avaliação da conformidade, além das relações de consumo e das políticas.

² Sistemas agrifalimentares localizados - SIAL conceito que envolve todos os atores da produção, transformação, distribuição, comercialização e consumo de alimentos num dado território, incluindo não só produtores e atores econômicos, mas também assistência técnica, extensão rural, pesquisa, políticas públicas, consumidores e sociedade civil organizada. Essa noção inclui de fato diferentes redes, regulamentos/legislações, modos de coordenação, envolvendo interações entre circuitos curtos e circuitos longos. Este conceito inclui um largo conjunto de atores interessados nas questões agrícolas e alimentares, se aproxima da sugestão de L. Malassis de definir o sistema alimentar como “a maneira pela qual os homens se organizam, no espaço e no tempo, para obter e consumir sua alimentação” (MALASSIS, 1994 *apud* LAMINE, MARÉCHAL E DAROLT, 2018).

1.1 Objetivos

No período antes da pandemia, as questões eram: mecanismos de garantia da qualidade orgânica e a criação de OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade), cumprimento com os regulamentos técnicos (maior exigência do MAPA durante as auditorias nos OPACs), necessidade de planejamento da produção para melhorar a diversidade da oferta na feira, como melhorar a participação dos membros do MOGICO para pensar alternativas às questões que se apresentavam.

No período da pandemia analisado (março 2020 a maio 2021), aparecem outras questões: os produtores da MOGICO (Monte de Gente Interessada em Consumo Orgânicos) se organizaram para dar continuidade na oferta de produtos orgânicos durante período de isolamento/distanciamento social já que a produção de alimentos, principalmente saudáveis como os orgânicos, é atividade essencial; se e como os produtores construíram outras alternativas de comercialização (estratégias e exigências) e, se conquistaram novos consumidores.

O objetivo desta dissertação consistiu na sistematização e análise da oferta de produtos orgânicos na Feira do Bom Pastor em Juiz de Fora – MG nos períodos do pré e pós evento da pandemia da COVID-19.

Já os objetivos específicos versaram em:

- Sistematizar a oferta dos produtos orgânicos (origem, diversidade, preços);
- Verificar a variação de preços durante o ano (2019, 2020 e primeiro semestre 2021);
- Identificar e analisar as demais estratégias de comercialização durante a pandemia;
- Caracterizar os espaços de comercialização (localização, protocolos, parcerias), os fornecedores (feirantes) dos alimentos orgânicos (escopo, tipo produto, área de produção, distância do local de comercialização, logística).
- Caracterizar e analisar a oferta de produtos orgânicos (diversidade, quantidade, qualidade, frequência - sazonalidade e preços);
- Caracterizar e analisar os mecanismos e as garantias da qualidade orgânica (rastreadabilidade, correção das não conformidades, identificação das não conformidades) nos pontos de venda, nas embalagens e na rotulagem.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Desenvolvimento da Produção Orgânica no Mundo

Durante a maior parte de sua história, a produção orgânica recebeu pouca atenção. Se prestassem atenção, as instituições agrícolas convencionais tratavam-no como uma forma antiquada e não científica de cultivar - adequada, talvez, para os jardineiros, mas não um meio sério de produção comercial de alimentos. Qualquer um que defendeu a produção orgânica foi ridicularizado e embora seus métodos, proponentes e filosofia ainda sejam ridicularizados em alguns setores, os cenários estão mudando para a produção orgânica: o consumo de produtos orgânicos está aumentando e a área cultivada sob manejo orgânico está crescendo. Está se desenvolvendo uma indústria orgânica que não apenas impõe respeito, mas agora exige uma parcela cada vez maior de serviços de pesquisa e educação (KUEPPER, 2010).

Foi a partir dos anos 70 que apareceram as primeiras normas privadas destinada à produção orgânica, organizada pela instituição inglesa *Soil Association*, a qual agregava técnicos e cientistas envolvidos na atividade voltada à produção agrícola norteada pelos princípios ecológicos de manejo dos agroecossistemas e fomento na articulação de produtores e consumidores. Em 1972, na Alemanha, a IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Produção Orgânica), estabeleceu as suas primeiras normas em 1980 e a França, em 1981, ocorreria a institucionalização da produção orgânica. Ao longo dos anos 80 e 90 do século XX essa dinâmica ganhou força e também foi influenciada pelas normas ISO (*International Standardization Organization*), levando ao reconhecimento da certificação por auditoria como a única forma de dar garantia à qualidade orgânica (FONSECA, 2005; MACHADO *et al.*, 2017).

A Produção Orgânica é um sistema de produção que sustenta a saúde dos solos, ecossistemas e pessoas. Baseia-se em processos ecológicos, biodiversidade e ciclos adaptados às condições locais, ao invés do uso de insumos com efeitos adversos. A Produção Orgânica combina tradição, inovação e ciência para beneficiar o meio ambiente compartilhado e promover relacionamentos justos e boa qualidade de vida para todos os envolvidos (INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC MOVEMENTS - IFOAM, 2008).

De acordo com dados do *Research Institute of Organic Agriculture* (FiBL), houve um aumento expressivo no setor de produção orgânica mundial. Somente no período de 2015 a 2019, a área de produção orgânica apresentou crescimento de quase 22 milhões de hectares e aumento de 40% no número de produtores orgânicos e no total de vendas (milhões de EUROS) no varejo orgânico (Tabela 1).

Tabela 1. Indicadores da evolução da produção orgânica no mundo no período de 2015-2019.

Ano	Área de produção orgânica (ha)	Produtores orgânicos	Vendas no varejo orgânico (milhões de euros [€])
2015	50.365.075	2.233.825	75.549
2016	58.090.567	2.539.671	84.663
2017	69.411.457	2.925.492	92.739
2018	71.172.783	2.781.011	97.747
2019	72.285.658	3.135.436	106.404

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture - FiBL (2021).

Em 2019 foram registrados 72,3 milhões de hectares de terras agrícolas orgânicas, incluindo áreas de conversão. As regiões com as maiores áreas de terras agrícolas orgânicas eram: a Oceania (35,9 milhões de hectares, que é metade das terras agrícolas orgânicas do mundo) e a Europa (16,5 milhões de hectares, representando 23%). A América Latina possuía 8,3 milhões de hectares (11%) seguida pela Ásia (5,9 milhões de hectares, 8%), América do Norte (3,6 milhões de hectares, 5%) e África (2 milhões de hectares, 3%). Os países com mais terras agrícolas orgânicas eram: Austrália (35,7 milhões de hectares), Argentina (3,7 milhões de hectares) e Espanha (2,4 milhões de hectares). Em 2019 1,5% das terras agrícolas do mundo são orgânicas. As maiores participações orgânicas do total de terras agrícolas, por região, estão na Oceania (9,6%) e na Europa (3,3%; União Europeia 8,1%). Alguns países alcançaram participações muito maiores do que a participação global: Liechtenstein (41,0%) e Áustria (26,1%) têm as maiores participações orgânicas. Em dezesseis países, 10% ou mais das terras agrícolas já eram orgânicas (WILLER *et al.*, 2021).

Na América Latina, mais de 224.000 produtores administraram quase 8,3 milhões de hectares de terras agrícolas sob o manejo orgânico em 2019. Isso constituiu 11% das terras orgânicas do mundo e 1,2% das terras agrícolas da região. Os principais países com áreas orgânicas foram: Argentina (3,7 milhões de hectares), Uruguai (2,1 milhões de hectares) e Brasil (1,3 milhões de hectares), ocupando a 12ª posição no *ranking* mundial de áreas orgânicas (WILLER *et al.*, 2021).

De acordo com o último relatório da IFOAM/FiBL (WILLER *et al.*, 2021), a crise do coronavírus deve acelerar essa tendência de crescimento da produção orgânica à medida que mais mercados regionais para alimentos orgânicos se desenvolvem. Em particular, a participação dos países em desenvolvimento ou países de baixa renda, como China, Índia, Brasil e Indonésia, devem crescer a um ritmo acelerado nos próximos anos.

A pandemia do Covid-19, que se alastrou pelo mundo no início de 2020, teve um impacto profundo em nosso dia a dia, bem como na indústria de alimentos orgânicos. Os consumidores estão se voltando para alimentos orgânicos ao olharem mais de perto para a saúde pessoal, bem-estar e nutrição. Os orgânicos provavelmente se beneficiarão com a transição da indústria de alimentos para um mundo pós-Covid-19, pois a pandemia do novo coronavírus provavelmente mudará a indústria global de alimentos orgânicos com várias tendências que afetam o desenvolvimento da produção orgânica de várias maneiras, como por exemplo, a desglobalização das cadeias de abastecimento alimentar, aumentando a importância da segurança alimentar, mais apoio governamental, avanços para a rastreabilidade e transparência nas cadeias de abastecimento de alimentos, mudando o comportamento dos consumidores e aumentando a importância do varejo *online* (SAHOTA, 2021).

2.2 Produção Orgânica no Brasil

Existe dificuldade de conseguir informações sobre a produção orgânica (volume de produção, área plantada, por exemplo) no Brasil. Existem, no entanto, alguns dados oficiais que contribuem para delinear o setor de orgânicos no Brasil. Contudo, há diferenças significativas que necessitam de refinamento e compreensão para que haja maior precisão dessas informações. A primeira fonte de relevância é o Censo Agropecuário, que abarca informações detalhadas sobre os produtores rurais, os estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas (LIMA *et al.*, 2020).

Dados do Censo Agropecuário do IBGE mostram que, de 2006 a 2017, o número de estabelecimentos agropecuários com a certificação de produção orgânica cresceu mais de 1.000% no Brasil, saltando de 5.106 para 68.716 (CENSO AGROPECUÁRIO, 2019). O Censo Agropecuário anterior, de 2006, havia registrado 90.497 estabelecimentos agropecuários orgânicos, dos quais 5.106 estabelecimentos foram declarados certificados pelos responsáveis,

enquanto 85.392 estabelecimentos foram registrados orgânicos, mas não eram ainda certificados (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009). Como existiu uma mudança no conceito das variáveis nos dois censos agropecuários e uma diminuição do número de perguntas do roteiro de entrevista do último censo, não é possível estabelecer uma comparação confiável entre os dois resultados (LIMA *et al.*, 2020).

De acordo com dados do IBGE, o estado de Minas Gerais apresenta o maior número de estabelecimentos agropecuários de agricultura orgânica, perfazendo quase 11 mil. Em seguida, estão os estados de Pernambuco, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Alguns dos principais alimentos produzidos dessa forma são café, cacau, soja, açúcar, frutas tropicais e arroz, além da pecuária (CENSO AGROPECUÁRIO, 2019).

Vale destacar que as informações do Censo Agropecuário, são autodeclaratórias e os recenseadores não solicitam nenhuma comprovação aos produtores quando estes se identificam como praticando a agricultura orgânica o que resulta em diferenças entre os dados do Censo Agropecuário e os dados do CNPO/MAPA (Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Entretanto, essas diferenças podem expressar o potencial de produtores em transição agroecológica³ (BRASIL, 2012) que podem se converter para a produção orgânica.

2.2.1 Institucionalização da agricultura orgânica

Visando regulamentar o mercado brasileiro, o MAPA publicou, em maio de 1999, a Instrução Normativa n.º 007 (BRASIL, 1999)⁴, que disciplinava a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação de produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil.

O principal marco legal da produção orgânica brasileira foi conferido pela Lei nº 10.831 (BRASIL, 2003a), estabelecendo critérios para comercialização de produtos, definindo quanto à responsabilidade pela qualidade orgânica, quanto aos procedimentos relativos à fiscalização, à aplicação de sanções, ao registro de insumos, e a adoção de medidas sanitárias e fitossanitárias que não comprometam a qualidade orgânica dos produtos.

Art. 1º: Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, à minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, o uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, p. 1).

O MAPA – Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento publicou também a Portaria n.º 158, de 8 de julho de 2004 (BRASIL, 2004b), que determinou ao Programa de Desenvolvimento da Produção Orgânica (PRO-ORGÂNICO), assuntos relativos à sua execução, e que fosse assessorado pela Comissão Nacional da Produção Orgânica

³ Processo gradual de mudanças, práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

⁴ Antes de estar completa a regulamentação da produção orgânica (Lei, Decreto e Instruções Normativas) no final da primeira década do século XXI, a IN 007/1999 foi alterada pela Instrução Normativa n.º 16 de 11/06/2004 (BRASIL, 2004a).

(CNPOrg) e pelas Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF), criadas em 1999 pela IN 007.

Após participação ativa de organizações públicas e privadas e da sociedade civil, a Lei nº 10.831 foi regulamentada pelo governo federal em 28/12/2007, através do Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007). Ele estabeleceu os novos critérios para o funcionamento de todo o sistema de produção orgânica, incluindo desde a produção, o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a avaliação da conformidade orgânica, a identificação na comercialização e a fiscalização dos produtos.

A governança da produção orgânica tinha o MAPA como o órgão coordenador. Com a publicação do Decreto nº 7.794 (BRASIL, 2012), que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), houve, a partir de então, mudanças na governança do setor, permanecendo o MAPA como autoridade competente para legislar com apoio de alguns ministérios como o MMA – Ministério do Meio Ambiente na regulamentação do extrativismo sustentável, contudo, dividindo as responsabilidades com outros ministérios para promover o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Brasil.

Com a PNAPO, a governança do setor ficou distribuída entre a Comissão Nacional (CNAPO) formada por ministérios e organizações não governamentais e a Comissão Interministerial (CIAPO) formada apenas por ministérios. Em 2013, essas instâncias elaboraram e aprovaram o PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (BRASIL, 2013) e que foi refeito em 2016 (BRASIL, 2016). Os fomentos destinados ao custeio e investimento à produção agropecuária eram conferidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵ e pelo Plano Nacional Agrícola e Pecuário, do MAPA. Ambos os programas têm recortes voltados à produção orgânica e agroecológica.

No que tange a comercialização, os mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) viabilizam a produção orgânica e incentivam os circuitos curtos de comercialização, onde ambos preveem o pagamento adicional de até 30% para o preço dos alimentos orgânicos (SCOFANO, 2014). A autora observou que em janeiro de 2014, de acordo com o cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO) disponibilizado no portal do MAPA, o Brasil possuía 7.864 cadastrados entre produtores e associações. Sendo a produção primária vegetal como maioria dos escopos dos sistemas produtivos. A comercialização da maioria da produção se dava por CCC através da venda direta. Os produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização em circuitos curtos utilizavam ao menos dois canais de venda direta: feiras e os programas institucionais.

Esse conjunto de interações entre sociedade civil e estado propiciou ações e políticas públicas nacionais dirigidas a um grande número de setores, entre as quais aquelas dirigidas à agricultura familiar e as que se orientaram pela promoção da SAN e que mais tarde culminaram na formulação da PNAPO por decreto (BRASIL, 2012), quais sejam: a) fortalecimento da institucionalização da agricultura orgânica (2003-2009); b) ATER com enfoque agroecológico; c) iniciativas de pesquisa e ensino em agroecologia e produção orgânica; d) linhas de crédito do PRONAF relacionadas com a agroecologia e produção orgânica; e) Política de SAN, incluindo: Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), PAA e o PNAE; f) Apoio ao manejo e ao uso sustentável da sociobiodiversidade; g) políticas para as mulheres com enfoque agroecológico (MOURA, 2016 citado em Aleixo (2018). As instâncias de governança da PNAPO (CIAPO – Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica) e a

⁵ Extinto em 2016 e hoje as ações ligadas a agricultura familiar estão vinculadas ao MAPA na Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) foram extintas com Decreto 9.784 de 2019 (BRASIL, 2019) e o PLANAPO está paralisado.

Com base na Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009 (BRASIL, 2009a) há três mecanismos de avaliação da conformidade orgânica. A Certificação por Auditoria e está vinculada a um Organismo de Avaliação de Conformidade (OAC), de natureza pública ou privada, acreditada pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) e credenciada no MAPA. O Sistema Participativo de Garantia (SPG) vinculado a um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), também credenciado junto ao MAPA, onde os grupos de produtores e colaboradores membros do SPG realizam o controle social e visitas de pares e visitas de verificação da conformidade orgânica antes da decisão e emissão do certificado. As Organizações de Controle Social (OCS), também credenciadas junto ao MAPA, são específicas para agricultores familiares organizados e para a venda direta de seus produtos, não necessitam de certificação, uma vez que é utilizada apenas para a venda direta ao consumidor final (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007). Vale destacar que os mercados institucionais (compras governamentais) são considerados vendas diretas (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO, 2010).

Portanto, a regulamentação orgânica nacional prevê três mecanismos de garantia e controle da qualidade orgânica: Organizações de Controle Social caracterizada para a venda direta ao consumidor final sem certificação permitida para agricultores familiares e o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), que é integrado pelos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e pela Certificação. Os produtores garantidos por esses dois últimos mecanismos, possuem o direito ao uso do selo SisOrg⁶, que diferencia e identifica os produtos embalados oriundos de sistemas de produção e processamento orgânicos, e, dá garantia da conformidade orgânica na venda indireta.

Em janeiro de 2014 (SCOFANO, 2014), o Brasil possuía oito certificadoras credenciadas para operar o SisOrg caracterizados como Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) e cinco para operar os SPG's, caracterizados como OPAC. Já no ano de 2021 (MAPA, 2021a), de acordo com dados do MAPA até junho de 2021, existiam 13 certificadoras e 27 OPACs, o que representava um aumento de 62,5% e 440% em sete anos, respectivamente.

De acordo com a análise feita até o mês de junho de 2021, existiam 24.340 produtores orgânicos brasileiros registrados no CNPO (MAPA, 2021b), dos quais mais de 44% são clientes de certificadoras, 35% são membros de OPAC e 20% são agricultores familiares vinculados a OCS (Tabela 2), resultando num crescimento em sete anos de 209%, baseado no levantamento realizado por Scofano (2014).

Dependendo da unidade da federação, do tipo de produto, do mercado a ser acessado e da história do território, existe uma maior ou menor vinculação com SPG, OCS ou clientes de certificadoras. Por exemplo, nos estados do Sul do país, com influência da Rede ECOVIDA, existe maior vínculo com SPG mas como também exportam, a vinculação às certificadoras também acontece. Já no Norte do país, com a exportação de produtos orgânicos como óleo de alma, quase inexiste a atuação de SPG, mas sim uma maciça ação das certificadoras. Já no estado de Pernambuco, observou-se que mais da metade de concentração de produtores orgânicos nas OCS, do que em SPG e clientes de certificadoras. Em 2021, o estado com maior número de produtores orgânicos (3.735) era o Rio Grande do Sul, seguido do Paraná, São Paulo, Pará e Santa Catarina, que eram os cinco estados com maior concentração de produtores orgânicos. Minas Gerais ocupava o décimo lugar com 1.024 produtores orgânicos registrados.

⁶O selo do SisOrg é regulamentado na Instrução Normativa nº 50 de 05 de novembro de 2009 e na Instrução Normativa nº 18 de 20 de junho de 2014.

Tabela 2. Relação de produtores orgânicos por unidade da federação de acordo com o tipo de mecanismo de garantia e informação da qualidade orgânica.

Unidade Federativa	Certificadoras	OCS	OPAC	TOTAL	RANKING
AC	1	32	---	33	26°
AL	6	95	---	101	22°
AM	232	335	77	644	13°
AP	49	---	---	49	24°
BA	467	146	807	1420	6°
CE	827	411	82	1320	7°
DF	41	103	115	259	18°
ES	226	173	---	399	16°
GO	135	31	47	213	20°
MA	996	10	---	1006	11°
MG	509	171	344	1024	10°
MS	41	---	10	51	23°
MT	88	60	91	239	19°
PA	1567	120	---	1687	4°
PB	299	483	168	950	12°
PE	133	703	198	1034	9°
PI	919	101	95	1115	8°
PR	1463	86	2186	3735	2°
RJ	65	86	412	563	14°
RN	36	458	41	535	15°
RO	48	99	---	147	21°
RR	---	41	---	41	25°
RS	952	381	2467	3800	1°
SC	521	---	1093	1614	5°
SE	10	278	9	297	17°
SP	1218	535	302	2055	3°
TO	1	8	---	9	27°
Subtotal	10850	4946	8544	24340	
Total		24.340			

Fonte: Adaptado de MAPA (2021b).

A população brasileira tem feito um apelo crescente por uma alimentação mais saudável e isso tem pressionado a indústria de alimentos a melhorar os padrões de qualidade de suas matérias-primas. De acordo com a Aliança de Centros de Pesquisa Orgânica – ORCA, a produção orgânica tem mostrado crescimento contínuo há mais de uma década e atualmente a procura por produtos orgânicos consegue ser superior à quantidade produzida (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. FAO, 2009). Isso é demonstrado na Tabela 3 com a crescente elevação no número de produtores orgânicos, que nos últimos cinco anos cresceu 93% (FIBL/IFOAM, 2021). Vale ressaltar que o CNPO/MAPA é preenchido mensalmente pelas certificadoras e pelos OPACs, enquanto que para as OCS, os dados para registro são informados pelas secretarias de defesa agropecuária/MAPA nos estados da federação. O

CNPO/MAPA traz as informações de nome e contato dos produtores orgânicos, de escopo (produção primária animal e vegetal, extrativismo sustentável, processamento de produtos de origem animal e vegetal, por exemplo) e atividades (produção e produtos) mas não traz a área registrada como orgânica. Entretanto, conseguimos esta informação de área sob manejo orgânico e vendas no varejo de produtos orgânicos, em anuário estatístico FiBL/IFOAM.

Tabela 3. Indicadores da evolução da produção orgânica no Brasil no período de 2015-2019.

Ano	Área de produção orgânica (ha)	Produtores orgânicos	Vendas no varejo orgânico (milhões de euros [€])
2015	940.000	11.478	-----
2016	1.094.133	14.222	777.000
2017	1.136.857	17.474	777.000
2018	1.188.254	17.507	777.000
2019	1.283.054	22.191	777.000

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture - FiBL (2021).

A produção orgânica representava no início do século um nicho de mercado que vinha atraindo cada vez mais o olhar da população, estando articulada com outras correntes de agricultura sustentável, tais como a agricultura natural, biodinâmica, biológica, ecológica e permacultura. Estas correntes adotam princípios relacionados ao redesenho da produção agrícola, com a valorização das interações ecológicas, visando sempre a diminuição do uso de insumos químicos (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

Vale destacar que os produtos orgânicos têm ganhado notoriedade nos últimos anos, sendo comercializados por 56% dos respondentes do setor mercadista e cujo peso nas vendas está em 1,94%, discreto ganho de 0,19%. Também é válido observar que há cinco anos, 31% dos empresários haviam declarado comercializar orgânicos, com peso na receita de 1,09% (NUNES FILHO, 2020).

Além disso, a produção orgânica é uma opção viável para o pequeno produtor que vende nos circuitos curtos de comercialização, pois esta prática permite a diversificação de cultivos, sendo um meio de obtenção de renda durante o ano inteiro, como também fortalece o comércio local. O fato de não utilizar insumos externos pode tornar o custo efetivo de produção menor em comparação com a agricultura convencional (SILVA; SILVA, 2016).

2.2.2 Produção orgânica em MG

A história da agroecologia e da produção orgânica em Minas Gerais inicia-se, por exemplo, com a criação do Centro de Tecnologia Alternativas da Zona da Mata (CTA), o qual foi fundado em novembro de 1987 por lideranças sindicais, agricultores familiares e profissionais das ciências agrárias. Os objetivos eram ampliar a capacitação social e desenvolver sistemas de produção adequados à realidade da Zona da Mata de Minas Gerais para fortalecer econômica e politicamente a agricultura familiar (CTA, 2021).

A visão do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em Minas Gerais, é a de divulgar a agroecologia como ciência, prática e movimento, por meio de ações socioassistenciais de assistência, defesa e garantia de direitos para o apoio e fortalecimento das organizações, a igualdade nas relações de gênero e gerações, e a melhora da qualidade de vida das famílias agricultoras, em todas as suas esferas: econômica, social, ambiental, política e cultural (CTA, 2021).

A cartilha agroecológica (CA) é uma sugestão de monitoramento da produção da agricultura familiar e camponesa com o desígnio de dar visibilidade e valorizar a produção agroecológica, principalmente das mulheres agricultoras. Desenvolvida pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), a CA é um instrumento metodológico que tem contribuído para construir novos caminhos em busca do fortalecimento da agroecologia. Nela, as agricultoras registram diariamente a quantidade e renda obtida com a doação, a venda, o consumo e a troca de produtos e serviços elaborados a partir do seu trabalho. Construído a partir das demandas das agricultoras, a CA é um instrumento político, econômico, social e ambiental na medida em que trazem todas essas dimensões no seu núcleo, contribui para a transformação técnica e econômica, condicionando novas relações sociais que pautem gênero e articulando novos territórios na Zona da Mata mineira. Com a articulação de 64 famílias, em 12 municípios, a sistematização das informações proporcionou importantes contribuições para o debate entre o Feminismo e Agroecologia, que necessita de informações concretas (LOPES NETO, 2018).

Outra organização que contribuiu para o desenvolvimento da produção orgânica no estado de Minas Gerais no campo da certificação, foi o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), que é uma autarquia do Governo do Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA e que tem o compromisso de exercer a defesa sanitária animal e vegetal, a inspeção e a certificação de produtos contribuindo para a proteção da saúde pública e para a conservação do meio ambiente (GUIMARÃES, 2016).

O IMA foi criado através da Lei Estadual n.º 10.594, de 7 de janeiro de 1992 (MINAS GERAIS, 1992), que dispõe sobre a criação do órgão à sociedade mineira quanto as atividades desempenhadas, e que tem a sua regulamentação dada pelo Decreto Estadual nº 45.800 de 6 de dezembro de 2011 (MINAS GERAIS, 2011), o qual descreveu as suas áreas de atuação no setor agropecuário mineiro. Este decreto determina quais são as diretrizes de trabalho para a gerência de certificação dos produtos agropecuários, para que assim o IMA possa desempenhar a atividade no âmbito de sua competência, a certificação de produtos e a rastreabilidade dos mesmos, conforme descreve o Artigo 26 do decreto:

Art. 26. A Gerência de Certificação tem por finalidade assegurar o planejamento, projetos, planos e ações pertinentes às atividades de certificação da qualidade, da origem, dos processos de produção e da rastreabilidade de animais, vegetais e produtos, e subprodutos agropecuários e agroindustriais, competindo-lhe gerir, controlar e supervisionar:

I – Projetos de certificação e de rastreabilidade de animais, vegetais, produtos e subprodutos agropecuários e agroindustriais; [...]

Com a publicação da Lei 10.831/2003, o IMA publicou suas primeiras Portarias no ano de 2005, regulando a certificação de produtos da agropecuária no estado. A Portaria do IMA nº 713 de 17 de junho (MINAS GERAIS, 2005), dispõe sobre o regulamento técnico à produção vegetal em sistemas orgânicos para fins de certificação. Com a regulamentação nacional em 2007 (Decreto), 2008 e 2009 (Instruções Normativas) e, esta portaria de MG foi revogada.

Segundo Guimarães (2016) o marco histórico na atividade de certificação pública do IMA ocorreu em 2007, quando o órgão recebeu grande aporte financeiro pelo então governo do Estado de Minas Gerais através do Programa Estruturador denominado Certifica Minas, cujos recursos eram provenientes do tesouro do Estado. A rotina de certificação do instituto passou a ter alcance nacional a partir de 2009, pois o mesmo conseguiu junto ao INMETRO a acreditação como Organismo Certificador de Produtos para o escopo Cachaça, o qual é regido pelo Regulamento de Avaliação da Conformidade – RAC, a Portaria INMETRO nº 276 de 24 de setembro de 2009 (INMETRO, 2009 citado em GUIMARÃES, 2016).

Para que o IMA pudesse atender as exigências do MAPA como Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica, no ano de 2012 o instituto foi submetido ao processo avaliativo,

obtendo o credenciamento para os escopos de produção primária vegetal e processamento de produtos de origem vegetal.

Já no ano de 2014, o IMA conseguiu o credenciamento para os escopos de produtos de origem animal (primários e processados). Com o intuito de promover o desenvolvimento da produção orgânica no estado e de acordo com as diretrizes do PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 2013, o instituto publicou a Portaria nº 1357 de 23 de outubro de 2013 (MINAS GERAIS, 2013), a qual isenta os produtores da agricultura familiar, detentores da Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – DAP⁷ ativa, das taxas referentes ao processo de certificação para o escopo de produtos orgânicos e sem o uso de agrotóxicos (Registro do Estabelecimento e Taxa de Auditoria). O IMA se relaciona com a agroecologia e a produção orgânica, atuando como membro da Comissão de Produção Orgânica de Minas Gerais – CPOrg-MG/MAPA, da Câmara Técnica de Agroecologia e Produção Orgânica – CTAPO, e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRAF, sendo que os dois últimos estão vinculados à SEAPA/MG, fóruns de discussão, promoção e desenvolvimento da produção orgânica e agroecologia em Minas Gerais (GUIMARÃES, 2016).

O IMA qualificou seu corpo técnico para a produção orgânica (GOMES, 2016; GUIMARÃES, 2016; LAGE, 2016; SANTOS, 2017) ao permitirem que cursassem o programa de Pós Graduação em agricultura orgânica (PPGAO) da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). O mesmo aconteceu com os técnicos da EMATER-MG. (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais) que tem profissionais com formação específica em agricultura orgânica (MENDES, 2016; BARRA, 2017; GUIA, 2018; SOARES, 2018).

A regulamentação da produção orgânica, como vimos, institucionalizou três mecanismos de avaliação da conformidade orgânica: a certificação, os SPG e as OCS. Como a certificação não permite por princípio a atividade de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), as certificadoras (públicas ou privadas) dependem da ação de organizações de ATER para auxiliar na conversão para a produção orgânica, na formação dos produtores e nos registros para a rastreabilidade. Uma parceria EMATER-MG e IMA, poderia auxiliar a conversão de agricultores familiares para a produção orgânica como uma política pública.

Gomes (2016) com base no CNPO verificou que os produtores orgânicos registrados em MG representavam 3,3% do total de produtores orgânicos no Brasil, totalizando 429. Essa representatividade de MG cresceu, já que de acordo com dados do CNPO de junho de 2021 (MAPA, 2021b), os produtores registrados em Minas Gerais representam 4,2% do total de produtores orgânicos no Brasil, totalizando 1.024 produtores orgânicos registrados (Tabela 4) ocupando o 10º no ranking dos estados com maior número de produtores orgânicos registrados no MAPA. Dos 853 municípios que constituem o estado de Minas Gerais, 215 estão listados no CNPO/MAPA com pelo menos um estabelecimento orgânico registrado, o que representa aproximadamente 25% dos municípios.

⁷ De acordo com a Lei 11.326 (BRASIL, 2006) que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a agricultura familiar é constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. A Lei n.º 11.326/2006 foi regulamentada pelo Decreto n.º 9.064 (BRASIL, 2017) que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, alterado pelo Decreto n.º 10.688 (BRASIL, 2021) que detalha o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Tabela 4. Evolução do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos por tipo de mecanismo de avaliação da conformidade (OAC, OCS e OPAC) no estado de Minas Gerais (2014, 2016 e 2021).

Mecanismo de avaliação da conformidade	Minas Gerais		
	dez./14*	mai./16*	jun./21
OAC	252	161	509
OCS	83	85	171
SPG/OPAC	62	183	344
Total	397	429	1024

Fonte: Com base em Gomes (2016) e Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento. MAPA (2021b).

Para avaliarmos o apoio à avaliação da conformidade orgânica com base nas informações contidas nas planilhas do CNPO, identificamos até junho de 2021, no estado de MG, a presença de oito organismos de avaliação da conformidade por auditoria - certificadoras (OAC), seis OPACs que estavam credenciados para a avaliação da conformidade orgânica por meio dos SPG e 18 OCS, totalizando 33 entidades que podem atestar a conformidade da produção orgânica em Minas Gerais (Tabela 5).

Tabela 5. Número de organismos de avaliação da conformidade orgânica com atuação em Minas Gerais e no Brasil de acordo com o mecanismo de avaliação da conformidade orgânica.

	MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE		
	OAC	OPAC	OCS
Nº no Brasil	11	25	393
Nº em Minas Gerais	8	6	18
Representação de MG em relação ao Brasil em porcentagem	81,8%	24%	4,6%

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento - MAPA (2021b).

Observamos na Tabela 5 que das 11 certificadoras atuantes no Brasil, 82% atuam no estado de MG. Com relação ao SPG, 24% dos OPACs credenciados no Brasil, atuam em MG e quase 5% das OCS registradas no CNPO/MAPA estão em MG.

A Tabela 6 apresenta quais as certificadoras que eram atuantes no estado, das quais algumas internacionais que operam nos cinco continentes e outras nacionais. Há cinco anos atrás havia seis OAC atuando em Minas Gerais: AGRICONTROL S/A; ECOCERT BRASIL CERTIFICADORA; IBD CERTIFICAÇÕES LTDA; INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA – IMA e TECPAR (GOMES, 2016). Destas OAC citadas, apenas a TECPAR não possui mais produtores no estado de MG.

Tabela 6. Organismos de Avaliação da Conformidade (certificadoras) em Minas Gerais.

Organismo de Avaliação da Conformidade - OAC	
1	AGRICONTROL S/A
2	ECOCERT BRASIL CERTIFICADORA
3	GENESIS CERTIFICAÇÕES
4	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA
5	IMO-CONTROL DO BRASIL LTDA
6	INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA
7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT
8	KIWA BCS BRASIL

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento - MAPA (2021b).

Destaca-se o trabalho do IMA como organismo de avaliação da conformidade orgânica público, o qual consegue oferecer a certificação orgânica a um custo inferior quando comparado a outras certificadoras privadas, o que torna mais acessível a certificação por auditoria para pequenos produtores, sejam eles familiares ou não. Para os agricultores familiares há isenção da taxa de certificação. A atividade de certificação é característica de ser um empreendimento privado (GOMES, 2016). Por isso, torna-se imperativo a parceria entre certificadoras públicas e organizações públicas de ATER.

Na Tabela 7 estão apresentados as seis OPACs que estavam atuando em MG em maio 2021.

Tabela 7. Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade atuantes em Minas Gerais até junho de 2021.

Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC		SEDE
1	ASSOC. BROTA CERRADO DA SERRA DA CANASTRA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA (BROTA CERRADO)	Sacramento/MG
2	ASSOC. DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ABIO)	Rio de Janeiro – RJ
3	ASSOC. DE AGRICULTURA NATURAL DE CAMPINAS E REGIÃO (ANC)	Campinas – SP
4	ASSOC. DOS AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES DE TURMALINA	Turmalina -MG
5	Centro de desenvolvimento agroecológico do Cerrado -CEDAC	Goiânia-GO
6	ORGÂNICOS SUL DE MINAS	Inconfidentes-MG

Fonte: MAPA (2021b).

Observa-se na tabela 7 que algumas OPACs possuem sede em outro estado e atuam em Minas Gerais para avaliação da conformidade orgânica e fornecem possibilidades de comercialização dos produtos orgânicos nos chamados CCC (feiras, por exemplo) face proximidade territorial que favorecem a construção das redes de produção e comercialização de produção orgânica. A ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região) coordena feiras orgânicas na cidade de Campinas-SP em estacionamento de parque, disponível

semanalmente a produtores do estado de SP mas também de cidades mineiras próximas a Campinas. Outra articulação em prol da produção orgânica que envolve a articulação entre atores de dois estados (RJ e MG), é o caso da Associação de Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro (ABIO) que em maio de 2019 possuía 43 grupos de SPG organizados sendo um desses o localizado em Juiz de Fora – MG, o grupo MOGICO, Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (ABIO-RJ, 2019). Além dos produtores certificados pela OPAC ABIO-RJ, também participam do grupo MOGICO produtores certificados pelas certificadoras IBD e IMA.

O alimento orgânico é mais do que um produto isento de agrotóxicos e adubos químicos, ele é produzido por uma cadeia que se importa com os fatores ambientais e sociais e busca viver em harmonia com planeta (GRAZIANO *et al.*, 2006). Os mercados institucionais da alimentação escolar criados em 2003 (PAA) e 2009 (PNAE)⁸ favorecem a aquisição da produção orgânica de agricultores familiares registrados no Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos do MAPA e contribuem para a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos alunos, mas também dos produtores e suas famílias. Além disso, o produtor orgânico faz uso de insumos que geram menos impacto ao meio ambiente, preservando e otimizando o uso dos recursos naturais.

2.3 Circuitos Curtos de Comercialização

Os movimentos sociais brasileiros opostos à agricultura industrial têm sido descritos como tendo um papel importante na fase inicial do desenvolvimento das agriculturas de base ecológica e alternativas de comercialização em circuitos curtos de comercialização (BRANDENBURG, 2002; DAROLT, 2012). As redes alternativas de alimentos (RAA), tanto no Brasil como na França, têm ressaltado as noções de soberania e segurança alimentar, dois conceitos que nasceram em nível internacional no contexto da crise alimentar, com maior evidência a partir de 2008 (LAMINE; MARÉCHAL; DAROLT, 2018).

Define-se como Circuitos Curtos ou Cadeias Curtas (CC) de comercialização “um sistema de inter-relações entre atores que estão diretamente engajados na produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos” (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012 citados em LAMINE; MARECHAL; DAROLT, 2018). Essa definição traz dois pontos importantes (interrelações e interdependência) e deixa aberta uma ampla gama de formas de articulação entre a produção e o consumo.

Na literatura internacional as formas alternativas de comercialização são conhecidas como RAA e apresentam características centrais semelhantes como: cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro dos padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos de base ecológica. (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012 citados em LAMINE; MARECHAL; DAROLT, 2018).

⁸O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (BRASIL, 2003b), possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a maior e mais antiga política pública no Brasil. Há pouco tempo, “novas diretrizes de execução do PNAE foram estabelecidas a partir da Lei Federal nº 11.947 (BRASIL, 2009b) e da Resolução nº 38 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. FNDE, 2004), promulgadas em julho de 2009 (BRASIL. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2009). O FNDE realiza os repasses de verbas oriundas do governo federal para a alimentação escolar das escolas estaduais e municipais, com base no número de alunos matriculados na educação básica.

Essas redes e movimentos sociais tem como grande ponto positivo a inserção econômica de agricultores familiares brasileiros excluídos do processo de modernização agrícola (WILKINSON, 2008 citado em LAMINE; MARECHAL; DAROLT, 2018). As RAA são muito diversas e privilegiam os circuitos curtos de comercialização (CCC). São exemplos as feiras do produtor rural, entrega de cestas em domicílio, venda direta na propriedade ligada ao agroturismo, venda institucional para alimentação escolar, venda direta para agroindústrias, parcerias com pequenos mercadinhos locais, parcerias com empresas para entrega de cestas, entre outras formas de venda direta ou no máximo um intermediário antes do consumidor final.

Uma característica importante do CCC é a proximidade dos produtores com os consumidores, dessa forma os consumidores conseguem mais facilmente saber de onde veio o alimento que está consumindo, quem o produziu e de que forma. Isso é a rastreabilidade exigida na regulamentação da produção orgânica (BRASIL, 2009a). Os produtores clientes de certificadoras e membros SPG se identificam por selo SisOrg e os agricultores familiares vinculados às OCS que realizam a venda direta, se identificam por meio de uma declaração exposta nos pontos de venda.

As vendas em circuitos curtos canalizaram metade do valor total das compras da produção orgânica certificada no mercado interno brasileiro em 2010 (BLANC; KLEDAL, 2012). No Brasil, 42% dos consumidores já compravam produtos orgânicos em lojas especializadas e 35% em feiras do produtor, apesar de a maioria (72%) ainda comprar em canais longos como é o caso de supermercados (KLUTH; BOCCHI JÚNIOR; CENSKOWSKY, 2011).

No ano de 2017 a região sul do Brasil liderou o consumo de orgânicos, representando 39% do consumo nacional. Alface é o alimento mais consumido (um em cada três consumidores), seguido pelo tomate (um em cada cinco consumidores) e verduras no geral. Arroz, rúcula, banana, frutas e sucos, assim como maçã, brócolis e legumes têm participação importante na cesta dos consumidores. Cabe destacar que 64% de todos os produtos orgânicos são comercializados em mercados no Brasil, as feiras representam 26%, seguida pelas lojas de produtos naturais (4%), venda direta pelo produtor (3%) e 1% pelo grupo de compras coletivas (ORGANIS, 2017). Em 2019 a região Sul continuou sendo a que mais consumiu produtos orgânicos (23%). Vale salientar que a pesquisa de 2019 abrangeu a região Norte do Brasil, região essa que não estava contemplada na pesquisa anterior. Os produtos mais comprados são frutas (25%), verduras (24%) e alface (21%) (ORGANIS, 2019). Durante a pandemia, a preocupação com a qualidade dos alimentos aumentou em 62% dentre a população entrevistada (n= 452 respostas). O maior público que respondeu à pesquisa tem faixa de idade que varia de 36 a 45 anos e na participação de toda a pesquisa o público feminino representou 57%. Questionados sobre onde adquirem seu produtos orgânicos, o supermercado ainda lidera com 50%, seguido pelas feiras (46%), lojas especializadas (39%) e agora, por conta da pandemia, o comércio *online*, que representou 19% (ORGANIS, 2020).

Dias *et al.* (2015) ao obterem informações a respeito de aspectos específicos da conduta do consumidor brasileiro de alimentos orgânicos em circuitos curtos, revelaram que os principais motivos pelos quais os consumidores preferem comprar alimentos orgânicos em feira foram, respectivamente, proximidade da feira ao local de trabalho ou residência e, a confiança no produtor. Para os autores, a diversidade de produtos ofertados foi considerada de menor importância. Segundo produtores entrevistados na pesquisa, as feiras e a venda direta na propriedade, criam pontos de encontro entre produtores e consumidores, que disseminam não só a proposta da produção orgânica e agroecológica, mas valores e estilo de vida. Os produtores acreditavam que repassar informações técnicas sobre a produção orgânica aos consumidores também conferia credibilidade aos seus produtos e serviços e servia como gerador de confiança e lealdade. Afirmaram também que a criação dos vínculos entre produtores e consumidores e a

criação de grupos para troca de informações entre produtores e consumidores (grupo de consumo responsável, por exemplo), reforçaram os processos de confiança e lealdade.

Os CCC apresentam benefícios sociais, econômicos e ambientais desse modo de comercialização com maior proximidade. As vantagens apontadas são várias: reduzir as distâncias entre produtor e consumidor, melhorar a segurança alimentar e a qualidade dos produtos para o consumidor, além de favorecer a adoção de práticas agrícolas mais respeitadoras do ambiente, fortalecer a economia local e reforçar o capital social (BAPTISTA *et al.*, 2013). Assim, garante-se a qualidade, já que não existem intermediários que podem fraudar produtos ou representar de forma inadequada os princípios do sistema orgânico de produção (GUIMARÃES, 2017).

Quanto aos preços dos produtos orgânicos, de acordo com Barra (2017), a média de preços dos quatro principais produtos comercializados nas feiras orgânicas no município de Belo Horizonte-MG, permaneceram constantes durante o ano de 2016. No entanto, o autor observou um aumento entre o período de 2013 a 2016 de 137% para o quilograma da cenoura (R\$ 3,77 para R\$ 8,96), 30% para a alface comercializada por unidade (R\$ 2,50 para R\$ 3,26) e de 4,67% para o quilograma da banana (R\$ 6,00 para R\$ 6,28).

Na cidade do Rio de Janeiro, nos bairros onde ocorrem as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), nas feiras coordenadas pela ABIO, os preços dos produtos orgânicos são até 40% menor do que os praticados pelos supermercados, conforme compromisso expresso no acordo de funcionamento das feiras coordenadas pela ABIO (ABIO-RJ, 2010). Com relação aos preços dos produtos orgânicos, observou-se que existe diferença entre as barracas numa mesma feira, num mesmo produto e os preços não são regulamentadas no acordo de funcionamento (ABIO-RJ, 2010) das feiras do CCFO coordenadas pela ABIO (BARRA, 2017). Guimarães (2017) também observou que os preços praticados nos supermercados da região de Nova Friburgo – RJ foram maiores que as médias de valores obtidas na venda direta de produtos orgânicos nas feiras do município.

De acordo com Santiago (2021), o produto orgânico apresenta vários motivos para ser mais caro que o convencional, onde destaca que:

[...]Um deles é a baixa escala de produção: quanto maior a quantidade produzida, menor o custo unitário. Isto é matemático. Para ter lucro, o produto – seja orgânico ou convencional – tem que apresentar margem de contribuição (receita líquida menos custos variáveis) que pague os custos variáveis, os custos fixos, as despesas (de administração, de vendas, financeiras e outras), e ainda garanta lucro para o agricultor.

Santiago também salienta que a demanda, embora esteja crescendo, ainda é pequena e associada à baixa renda da maioria da população brasileira, faz com que o consumidor compare os preços, criando um círculo vicioso para o produto orgânico, com preços desestimulantes, resultando em poucas compras, poucas produções, preços unitários maiores, e o círculo se fecha. Outro fator é o desconhecimento do consumidor do que é o produto orgânico e das suas qualidades, que tornam a venda limitada. Por fim Santiago pontua que a população deveria ser amplamente informada de que o produtor orgânico cuida do solo, da água, da saúde dos consumidores e dos trabalhadores, da biodiversidade, do ambiente em geral, do planeta, enfim, e isso gera custos a mais, diferente do produto convencional, que não tem todos esses cuidados.

Além disso, o orgânico tem custos de certificação. Mais tarde, a sociedade pagará a diferença, na forma de despoluição, tratamento de doenças, desassoreamento de rios e lagos, recuperação de solos erodidos, recomposição da fauna e da flora. Se acrescentarmos as contas sociais e ambientais, o produto orgânico talvez tenha o mesmo preço do convencional. Mas não há trabalhos, no Brasil e no exterior, que façam essas contas (SANTIAGO, 2021).

Os CCC favorecem a inserção de pequenos produtores de base familiar no mercado, ao mesmo tempo em que permitem desenvolver relações de confiança mais coesas; além disso, expõem a informação sobre a origem do produto e os locais onde foram produzidos. No entanto, estratégias necessárias para garantir aos consumidores a conformidade dos produtos orgânicos, o baixo volume de vendas aliado à logística pulverizada de comercialização, estabelecem custos adicionais a esse tipo de produção. Ademais, apesar do grande potencial do ainda crescente mercado de produtos orgânicos no Brasil, entende-se que o grande estímulo para o aumento da produção orgânica no país – que é a diferenciação de preços dos produtos comercializados – representa limites à sua expansão de forma ampla na sociedade (LAGE; ASSIS; AQUINO, 2020).

2.4 Mercado de Produtos Orgânicos no Mundo

A venda mundial de produtos orgânicos no varejo correspondeu a € 15 bilhões em 2000. Já no ano de 2017, o valor alcançado foi de € 92,1 bilhões, significando um aumento de 500% no período, ou um crescimento médio anual superior a 11%. Desse volume, os Estados Unidos foram responsáveis pela movimentação de € 40,0 bilhões, valor que representa mais de 43% do mercado global de orgânicos. Os alimentos orgânicos representaram 5,5% das vendas totais de produtos alimentícios nos Estados Unidos em 2017. A maior categoria de alimentos orgânicos é composta por frutas e vegetais, registrando US\$ 16,5 bilhões em venda, ou 14,1% de todas as vendas de frutas e vegetais nos Estados Unidos (HAUMANN, 2019).

Os consumidores americanos, contudo, não estão comendo apenas mais orgânicos, mas também estão usando mais produtos orgânicos em suas residências (LIMA *et al.*, 2020). As vendas com produtos orgânicos não alimentícios movimentaram quase US\$ 4,2 bilhões. De acordo com Haumann (2018), uma pesquisa recente sobre a atitude das famílias americanas que consomem orgânicos, a qual aponta que os *millennials* (pessoas de 21 a 34 anos) são os maiores compradores de orgânicos. Dessa forma, esses jovens tenderiam a aprofundar a afinidade com os produtos orgânicos, quando se tornarem pais ou mães. A escolha do comprador de orgânicos frequente, segundo a autora, se baseia na forte crença de que essa decisão os tornaria melhores pais ou mães, visto que estariam buscando ativamente escolhas saudáveis e nutritivas para sua família.

Depois do mercado americano, o mercado europeu de alimentos orgânicos foi responsável pela movimentação de € 37,3 bilhões, em 2017. Frutas, vegetais e ovos orgânicos são os produtos mais comprados pelos consumidores. Embora o maior volume de vendas ocorra por meio de compra direta em supermercados, hipermercados e lojas especializadas em promoções, há um número crescente de restaurantes, cafés e bares utilizando ingredientes orgânicos ou servindo produtos orgânicos aos seus clientes. Assim, Alemanha e França se destacam como os países europeus com maior volume de vendas no varejo, os quais movimentaram € 10,4 bilhões e € 7,9 bilhões, respectivamente (SAHOTA, 2018; SAHOTA, 2019).

Sob esse contexto, Willer e Leroud (2019) apontavam que um dos desafios da produção orgânica era a grande concentração da demanda mundial, como discutido anteriormente. Se essa discrepância ocorria dentro da Europa, ela acentuava-se ainda mais entre os continentes. Havia mais de 180 países envolvidos na produção orgânica, enquanto o consumo de quase 90% de alimentos e bebidas orgânicos se localiza na América do Norte e na Europa, apesar de essas duas regiões detivessem apenas um quarto da área agrícola de orgânicos do mundo. Em muitas regiões, como África, América Latina (Chile, Peru, Colômbia, Equador, por exemplo) e Ásia, a produção orgânica se destinava exclusivamente à exportação. Situação semelhante também era observada na Austrália e na Nova Zelândia, onde vários produtores de

alimentos orgânicos se orientam principalmente ao mercado externo (SAHOTA, 2018; WILLER; LERNOUD, 2018).

É importante refletir de que maneira a globalização do mercado de orgânicos restringe, muitas vezes, o desenvolvimento da produção diversificada e a criação do mercado doméstico, visto que a especialização da produção se torna predominante a fim de aumentar a produtividade, os ganhos de escala e a homogeneização dos processos produtivos de um cultivo específico visando a exportação. De tal modo, esses alimentos cultivados, embalados e transportados em longas distâncias devem ser avaliados pelas suas qualidades intrínsecas, mas principalmente pelas consequências para os produtores, os consumidores e o ambiente em todo o processo produtivo (SCHMITT, 2011; SAHOTA, 2018). Com a pandemia do COVID-19, os produtos que se destinam a exportação deverão ser desestimulados e a produção para comercialização local crescer

2.5 Mercado de Produtos Orgânicos no Brasil e no Estado de Minas Gerais

De acordo com Lima *et al.* (2020), uma das principais limitações sobre a produção e o consumo de orgânicos no país decorria dos dados imprecisos e assistemáticos, o que dificulta acompanhar e elaborar uma série histórica do desenvolvimento da produção e da comercialização. O diretor do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis) - Ming Liu, destacava que essa situação constituía um grande entrave à expansão do setor, uma vez que a ausência de informações quantitativas confiáveis atrapalha a elaboração de um plano estratégico com ações de longo prazo (LIU, 2018).

O Brasil tem apresentado destaque na exportação de produtos como castanhas, mel e açúcar. Além desse cenário externo favorável para os produtos orgânicos, observa-se também uma tendência positiva no mercado consumidor brasileiro – considerado o maior da América Latina –, impulsionada pela classe média que busca alimentos mais saudáveis. Os produtos orgânicos *in natura* – verduras, legumes e frutas – são os mais consumidos no Brasil (LIMA *et al.*, 2020).

Diante desse cenário, destaca-se a compra da empresa brasileira Mãe Terra, que produz alimentos naturais e orgânicos, pela multinacional Unilever, no ano 2017. Considerada a nona maior empresa brasileira do segmento, a receita anual da Mãe Terra atingiu R\$ 100 milhões, com um crescimento anual de 30% (BOUÇAS, 2017; SHELLER, 2017). Outra empresa que tem investido na produção de alimentos orgânicos no Brasil é a multinacional Nestlé, com o início da comercialização da aveia orgânica, em 2018, e o lançamento de leite orgânico, em 2019. Desde 2018, a empresa já investiu R\$ 23 milhões em um laboratório de controle de qualidade com foco em orgânicos, a fim de lançar novas linhas de alimentos (LIMA *et al.*, 2020).

No campo varejista o investimento em marcas próprias de produtos orgânicos e criação de seções especiais destinadas à venda de orgânicos estão em alta. Como exemplos podem ser citados os Grupos Pão de Açúcar (GPA) e Carrefour, os quais são os maiores varejistas no Brasil. Embora o varejo convencional (supermercados) seja o principal canal de comercialização de produtos orgânicos no país, há outros importantes canais de distribuição de orgânicos, como as feiras, lojas especializadas, comunidades que sustentam a agricultura (CSA), clubes de compra, entre outros (KLUTH; BOCCHI JÚNIOR; CENSKOWSKY, 2011; ORGANIS, 2017; SAHOTA, 2019). Esses canais colaboram para que os alimentos orgânicos estejam mais acessíveis aos consumidores, uma vez que os preços altos e a carência de lugares próximos para a compra são os dois principais motivos que inviabilizam as pessoas de consumirem mais produtos orgânicos (INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, 2012; ORGANIS, 2017).

Entretanto, as feiras se tornam locais importantes, haja visto que os preços dos produtos *in natura* orgânicos são normalmente mais baixos do que os observados nos supermercados (IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, 2010; INSTITUTO TERRA MATER; INSTITUTO KAIROS, 2015). Sem a presença de intermediários, as feiras dos produtores rurais possibilitam ainda a reconstrução do vínculo direto entre produtores e consumidores, a valorização dos circuitos curtos locais e dos produtos regionais, o fomento a novos parâmetros de qualidade e novas práticas de produção, distribuição e consumo no âmbito do sistema agroalimentar (SCHIMITT; GRISA, 2013).

Lima *et al.* (2020) destacam que é essencial a realização de uma análise sobre a produção e o consumo de orgânicos, considerando as condições macroestruturais nos países. Dessa forma, segundo os autores, haverá uma compreensão e uma comparação mais minuciosa e contextualizada dos dados no Brasil, a fim de averiguar as estratégias e/ou os incentivos que colaboram para construir e fortalecer o setor em cada localidade. É importante também que haja estudos mais profundos de modo a incentivar a heterogeneidade dos arranjos produtivos e dos canais de distribuição desse setor, contribuindo assim de forma efetiva na articulação entre a produção de alimentos saudáveis e a conservação dos recursos naturais com a inclusão socioeconômica das populações envolvidas.

A Associação de Promoção de Orgânicos – Organís, em sua última pesquisa realizada em setembro de 2020, buscou saber mais sobre o consumo de produtos orgânicos, entrevistando pessoas de diferentes idades, sexo e regiões do país. Foi revelado que 44,5% dos entrevistados disseram ter elevado seu consumo de orgânicos durante a pandemia; 38% do público consumidor adquirem produtos orgânicos *in natura* e 56% perceberam que os preços aumentaram. Sobre a aquisição dos produtos, 50,9% adquirem em supermercados, 46,5% nas feiras, 34,6% em lojas especializadas e as compras *on-line* perfazem 19,1%. A pesquisa ainda buscou saber sobre a preocupação do consumidor com a qualidade dos alimentos: 62,1% responderam que sim a qualidade melhorou e 36,2% disseram que permaneceu a mesma. Em relação ao consumo de produtos orgânicos, 47,6% consomem diariamente, 24% duas vezes por semana, 15% uma vez na semana e 13% não consomem nada de orgânicos. Sobre o atual cenário de pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 (Covid-19) e a produção orgânica, 81,8% dos entrevistados afirmam que o aumento da agricultura orgânica pode colaborar com prevenção de novas pandemias. Do pequeno percentual restante, 9,6% acreditam que não colaboraria e 8,6% não souberam responder (ORGANIS, 2020).

A primeira feira orgânica no município de Belo Horizonte - MG foi estabelecida no início do ano de 2001, iniciando com seis produtores. As feiras estão localizadas nos bairros com maior poder aquisitivo, sendo organizadas de modo a ocorrerem em dias e horários diferentes. Esses espaços permitem a interação entre os agricultores e os consumidores, criando uma relação de confiança entre ambos (LAGE, 2016). A autora destaca que os gargalos e desafios encontrados em relação à produção e comercialização de orgânicos foram a precibilidade dos produtos, dificuldade de mão de obra e a oscilação da produção ao longo do ano.

No ano de 2016, o mapa da oferta de produtos orgânicos nas feiras orgânicas em BH contava com aproximadamente 63 itens por ponto de venda, tais como folhosas, legumes e frutas além de ovos e produtos processados, distribuídos em nove feiras e oito bairros (BARRA, 2017). Em relação aos preços, o autor destaca que, de acordo com o regulamento das feiras, a tabela com os preços máximos praticados tem de estar exposta nas barracas de modo que haja a visualização pelos consumidores. Entretanto, observou-se que em alguns pontos, isto não ocorria, sendo que das quatro feiras pesquisadas, duas de cinco barracas de comercialização não contavam com a exposição da tabela de preços máximos da prefeitura. Ainda, de acordo com Barra, os produtos mais vendidos pelas 13 barracas no ano de 2016 foram alface, banana prata, cenoura e tomate cereja. Quanto aos gargalos inerentes à produção, Barra (2017) destaca

a falta de ATER especializada em agroecologia e produção orgânica, bem como a certificação orgânica com preços altos e muita burocracia. Já em relação ao programa de feiras orgânicas, o autor destaca que há falta de uma divulgação periódica das feiras nos meios de comunicação do município e melhor infraestrutura nos espaços onde ocorrem as feiras.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Localização da Pesquisa

Inicialmente, a feira da associação MOGICO (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico), que foi inaugurada em 2015, acontecia no Centro Comercial Alameda, Juiz de Fora – MG, ocorrendo até 14 de outubro de 2017, porém com o aumento do número de barracas e consequentemente aumento do número de clientes, foi necessário que a feira passasse a acontecer em um local mais amplo e de preferência próximo ao Centro Comercial Alameda. Foi a partir dessa proposta que nasceu a feira orgânica da Praça Bom Pastor, no bairro Bom Pastor, município de Juiz de Fora - MG, que acontece uma vez por semana, sempre aos sábados, no período de 8 às 12 horas.

No mês de junho de 2021 integravam a feira 10 barracas, sendo a maioria de produtores feirantes membros do grupo MOGICO SPG ABIO, nos escopos de produção primária vegetal, produção primária animal e processamento de origem vegetal e de origem animal, além de uma banca revendedora, a qual oferta produtos de outras regiões do país, maioria de produtos processados tais como produtos de origem animal, geleias, azeites, chocolates, vinhos, sucos, etc.

Nestes canais de comercialização são vendidos legumes, verduras, frutas, grãos, produtos de panificação, produtos congelados, entre outros. A feira vende exclusivamente produtos orgânicos e os preços são estabelecidos pelos produtores. Como forma de padronização para o preenchimento do romaneio, todas as culturas tiveram suas unidades definidas, sendo as principais: quilo, unidade, pacote e molho (CERVEIRA; CASTRO, 1999).

Por conta da COVID-19, os aspectos sanitários na feira Bom Pastor que promovam o distanciamento social e prevenção contaminação (máscaras, álcool gel) também foram relatados e seguiram os protocolos sanitários da Secretaria de Estado da Saúde de MG (MINAS GERAIS, 2021). Os dados de comercialização foram coletados pelo gerente de feira através do romaneio de feira (Anexo D), que nada mais é do que um formulário padrão utilizado pelos feirantes para informar os produtos ofertados (Anexos A, B e C). Esse protocolo de coleta consta em acordo de feira e é de responsabilidade do feirante/produtor. Após a coleta os dados foram lançados em planilhas sistematizadas e analisou-se alguns indicadores da oferta de produtos orgânicos: as variedades ofertadas (diversidade), quantidade (volume em quilogramas e unidades), frequência ao longo do ano e o faturamento mensal do conjunto de produtores integrantes das feiras (Anexos A, B e C).

As montagens das cestas coletivas são feitas em um espaço cedido por um produtor associado. As pessoas encarregadas pela montagem da sexta trabalham em regime alternado, assim não fica uma tarefa cansativa para os envolvidos. Fica a cargo do produtor entregar no espaço de montagem das cestas, os produtos que foram comprados pelo site, para que então as cestas possam ser montadas adequadamente e posteriormente serem entregues aos clientes.

3.2 Metodologia de Avaliação e Pesquisa

Foi adotado o método do estudo de caso (YIN, 2010) para descrever o processo de comercialização da produção orgânica agrícola no estado de Minas Gerais, no caso, dos produtores orgânicos associados ao grupo MOGICO SPG ABIO e registrados no CNPO/MAPA⁹.

⁹ Link de acesso ao CNPO: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>

Os estudos de caso são preferidos para o exame de eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, usando as mesmas técnicas que a pesquisa histórica, mas adicionando duas fontes de evidência geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos sendo estudados e as entrevistas das pessoas envolvidas nos eventos (YIN, 2010). O estudo de caso e as pesquisas históricas podem se sobrepôr, a força exclusiva do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas, observações diretas e observações do participante – além do que pode estar disponível em um estudo histórico convencional.

O autor desta dissertação é produtor orgânico, associado à MOGICO e já esteve na condição de feirante, inclusive participando da feira na praça do Bom Pastor. Foi com base na vivência como feirante e como consumidor que surgiu a ideia de buscar alternativas para equilibrar a demanda dos consumidores e a oferta de alimentos. Os produtores assinaram o termo de consentimento de participação na pesquisa, concordando com a utilização de seus dados de comercialização.

Para início da pesquisa, apresentou-se ao MOGICO a proposta de pesquisa (metodologia, apresentação e resultados), realizou-se a assinatura termo compromisso sobre confidencialidade e a proposta de devolução dos resultados em reunião específica da associação.

Os romaneios da feira são obtidos através de uma coleta ao final da feira, semanalmente, pelo gerente de feira. Os dados são por ele tabulados e armazenados em um banco de dados na forma de planilhas Excel, de acordo com as datas de coleta, produtor/feirante e produtos comercializados.

Para caracterizar os espaços de comercialização (feira do Bom Pastor e espaço de montagem da cesta coletiva), identificou-se a localização, protocolos (MOGICO, 2017), parcerias, o perfil dos feirantes (escopo, tipo de produtos, distância do local comercialização, logística).

Para a sistematização da oferta (origem, diversidade, quantidade, qualidade, frequência e preços) realizou-se a coleta dos dados já digitalizados da feira e das cestas *online* da MOGICO no período de janeiro de 2019 a maio 2021. A partir da tabulação destes dados criou-se uma tabela com volume (kg) e valor total recebido por produto e preços médios anuais por produto ofertado (Anexos A, B, C) e foi criado um mapa da oferta dos produtos orgânicos disponíveis ao longo do ano – frequência (Anexo E), vislumbrando apontar as principais dificuldades e oportunidades de melhoria para auxiliar no planejamento da produção e da comercialização. Estas informações em um mapa, além de ajudarem no planejamento da produção/oferta, permitem a construção de calendário gastronômico de acordo com a época do ano, além de possibilitar a criação de roteiros turísticos, como formar de aproveitar as melhores paisagens dos sistemas de produção orgânico da região, articulando produtores e consumidores, nas feiras, mas também em vivências nos espaços de produção orgânica.

Realizou-se também a identificação das não conformidades nos pontos de venda, nas embalagens e rotulagens à luz das normativas exigidas para produção orgânica IN 19/2009 (BRASIL, 2009a), IN 18/2009 (BRASIL, 2009c), IN 18/2014 (BRASIL, 2014) de uso do selo SisOrg e para rastreabilidade de produtos de origem vegetal pela IN conjunta MAPA/ANVISA INC nº02 de 07 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018). Com esses dados, fez-se proposta para correção das não conformidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A MOGICO e a Produção Orgânica

A associação MOGICO é uma associação formada por consumidores, produtores e técnicos interessados na produção, formação, certificação, comercialização, ampliação da oferta do alimento orgânico fundada em 12 de novembro de 2013 em Juiz de Fora – MG (SOARES, 2018). Até o mês de maio de 2021 o grupo era formado por mais de 50 pessoas que trabalham na construção de um mundo melhor e a missão é estreitar as relações entre quem produz e quem consome alimentos cultivados de forma agroecológica e orgânica, facilitando o acesso a uma alimentação saudável, mais perto do campo e da mesa.

Desde 2014, seus produtores orgânicos fazem parte do grupo MOGICO SPG ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro), OPAC credenciada no MAPA. Após eventos realizados pelo MOGICO em parceria com a EMATER-MG no ano de 2015, surgiu a demanda de um curso sobre produção orgânica. Foi durante os encontros do curso que os produtores participantes começaram a se organizar com o objetivo de formar um grupo de agricultores e compor um SPG para avaliação da conformidade orgânica. A partir de então a MOGICO vinculou-se à ABIO e foi oficializada a criação do grupo denominado MOGICO-SPG/ABIO em 21 de maio de 2016 (SOARES, 2018). Existem também os membros do MOGICO que não estão no grupo MOGICO SPG ABIO, os quais são certificados por auditoria.

Durante a pandemia não houve reuniões presenciais e os encontros/atividades do SPG ABIO foram todos *online*, inclusive no que se refere aos planos de manejo. Houve também a redução dos encontros presenciais e todas as reuniões estão sendo realizadas de modo *online*. Também foi utilizada a autodeclaração de produção orgânica, orientada pelo MAPA (MAPA, 2020), baseada na última avaliação da unidade produtora.

No dia 20 de agosto de 2021 ocorreu a reunião para a formalização da OPAC Orgânicos da Mata (ASSOCIAÇÃO ORGÂNICOS DA MATA, 2021), onde foi definido a formação da diretoria e as organizações que apoiam a construção da OPAC são EMATER-MG e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP-UFJF).

Desde 2016 que o controle da conformidade orgânica é realizado com base no sistema participativo de garantia (SPG). Nesse sistema a decisão sobre a concessão do certificado e do selo está nas mãos dos produtores e colaboradores (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009a) organizados em grupos, que através das visitas de pares e visitas de verificação, comprovam/garantem por meio da responsabilidade solidária (compartilhada) a qualidade orgânica nas unidades produtivas. Já o controle da rastreabilidade é feito através da conferência dos registros de vendas (romaneio das feiras, por exemplo) e produção, da análise dos dados do plano de manejo orgânico e do caderno de anotações de rotina.

O gerente de feira recebe uma remuneração na quantia de R\$ 10,00 por barraca. Seu papel consiste na fiscalização das barracas, de modo a verificar se elas estão em conformidade com o acordo de feira. Por exemplo, em relação à prioridade de venda dos produtos provenientes dos produtores da associação para que depois haja a inserção produtos que são oriundos outros produtores não associados. Os produtores pagam uma mensalidade à associação, que é referente à participação da associação MOGICO. Hoje, para que o produtor possa participar da feira, ele deverá pagar as taxas de associado à MOGICO e pagar à ABIO, para que ele possa ter o registro de produtor orgânico no MAPA. Os produtores que pagam a taxa para a ABIO são membros do sistema participativo de garantia. Há também aqueles que são certificados por auditoria, pois pagam os custos impostos pela certificadora.

4.2 A Feira do Bom Pastor

Diferentemente de outras regiões do Brasil, onde os movimentos de agricultura orgânica já estão estabelecidos, tais como os circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos de Nova Friburgo - RJ (GUIMARÃES, 2017), a feira de orgânicos da praça do Bom Pastor, localizada em Juiz de Fora - MG, teve início há dois anos atrás, dessa forma, não há dados suficientes para uma análise mais profunda da evolução desse circuito curto de comercialização.

Até o mês de maio de 2021, a MOGICO era a única associação de produtores orgânicos com 25 unidades de produção orgânica na região de Juiz de Fora - MG, sendo responsável pela maior parte dos produtos orgânicos produzidos na região da zona da mata mineira. Além da produção primária vegetal (PPV), a MOGICO também tem produtores certificados em outros dois escopos como produção primária animal (PPA) e processamento de origem vegetal (POV) e processamento de produtos de origem animal (POA). A MOGICO está se organizando para tornar-se uma OPAC credenciada no MAPA, a fim de oficialmente conferir a garantia da qualidade orgânica aos consumidores e promover maior integração entre seus membros.

Os produtos da feira apresentam grande variedade e são provenientes de produtores feirantes e produtores não feirantes, os quais residem no próprio município ou nas regiões adjacentes, de acordo com os detalhes presentes nos Quadros 1 e 2, respectivamente. Além destes produtores, há também os revendedores que fornecem produtos diferentes dos que são ofertados pelos feirantes. Tudo isso consta no acordo de feira estabelecido entre os feirantes e aprovado pela associação MOGICO.

Quadro 1. Composição de produtores orgânicos feirantes da Feira Orgânica na Praça Bom Pastor, Juiz de Fora – MG, 2021.

Feirante	Município	Escopo	Especialidade
1	Juiz de Fora	Produção primária vegetal	Olericultura
2	Belmiro Braga	Produção primária vegetal	Olericultura
3	Piau	Produção primária vegetal; processamento de produtos de origem vegetal	Fruticultura/Olericultura
4	Belmiro Braga	Produção primária vegetal; processamento de produtos de origem vegetal	Panificação
5	Juiz de Fora	Produção primária vegetal	Olericultura
6	Juiz de Fora	Produção primária vegetal	Olericultura
7	Juiz de Fora	Revendedor	Processados diversos
8	Juiz de Fora	Produção primária vegetal	Olericultura

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA (2021b) e (MOGICO, 2021a).

A partir do Quadro 1, é possível observar que existe um total de sete feirantes produtores e uma revendedora. Então, há um total de oito feirantes e 15 barracas, pois existem feirantes que possuem até quatro barracas para comercializar seus produtos. Dentre essas barracas, há cinco escopos de PPV (71%) e dois escopos de POV (29%). Considerando também os escopos dos não feirantes (Quadro 2), há quatro escopos: PPV, PPA, POA, PCC.

Na ABIO, por orientação da auditoria do MAPA de renovação de credenciamento do OPAC ABIO, a produção de ovos é tida como POA face à necessidade de entreposto de ovos.

Cabe destacar que, a produtora de ovos já obteve a certificação de produção de origem animal (PPA e POA), comercializando-os na feira e através de outros parceiros. Essa orientação do MAPA, ainda não está uniformizada por todos os OPACs, conforme informação veiculada durante reunião do Fórum Brasileiro SPG (FBSPG) no segundo semestre de 2020. A cada auditoria do MAPA, as exigências vêm aumentando. Por exemplo: olhar externo nas visitas de verificação, registro nas VISAs (vigilâncias sanitárias municipais ou estaduais) e manual de boas práticas de fabricação no escopo POA e POV, registro no MAPA das sementes e da produção de mudas. Além de todos os registros de produção orgânica, os produtores orgânicos tem que cumprir com as demais legislações, e como estão organizados, são espaços e focos de fiscalização, enquanto que a feira convencional é deixada de lado pelos fiscais.

Quadro 2. Composição de produtores orgânicos não feirantes, fornecedores da feira orgânica da Praça Bom Pastor, Juiz de Fora – MG, 2021.

Produtor	Município	Escopo	Especialidade
9	Pequeri	Produção primária vegetal; produção primária animal; processamento de produtos de origem animal	Produtos lácteos
10	Valadares	Produção primária vegetal	Olericultura
11	Juiz de Fora	Produção primária vegetal; produção primária animal, processamento produtos origem animal	Ovos
12	Chácara	Produção de cogumelos comestíveis; produção primária vegetal	Cogumelos

Fonte: MAPA (2021b) e MOGICO (2021).

Destaca-se ainda que dos sete produtores feirantes, além da revendedora, que comercializam os produtos orgânicos na feira Bom Pastor, duas (uma produtora) são mulheres e seis são homens. A maioria do escopo dos feirantes é PPV e há escopo POV, mas em menor quantidade. Com o aumento dos pedidos *online*, dois produtores pararam de fazer feira e focaram exclusivamente em vendas no *site* da MOGICO.

Os produtores não feirantes, a maioria é afastado de Juiz de Fora, e tem, os escopos de PPA, POA e PCC.

Os feirantes pagam o valor da mensalidade da associação que permite a participação na feira, além de um valor fixo por barraca para pagamento do gerente de feira. As barracas são próprias, ou cedidas pelo grupo MOGICO aos produtores através da parceria com a EMATER MG.

4.3 Oferta e Preço dos Produtos Orgânicos

O preço médio é calculado dividindo a receita total obtida com a venda de um determinado produto pela quantidade (unidade ou quilogramas) comercializados durante os 12 meses do ano. Normalmente cada produtor determina o seu preço de venda, conforme os seus custos de produção. Há, no entanto, os produtos que são comercializados com preços semelhantes entre os feirantes, nesse caso, alguns dos feirantes se baseiam no preço de outro produtor. Os preços são adicionados ao romaneio da feira e os trabalhos de digitações são realizados pelo gerente de feira.



Figura 1. Localização da Feira Bom Pastor em Juiz de Fora – MG.

Fonte: do autor (2019) e Google (2021).

Embora não tenha ocorrido alterações nos perfis de comercialização dos feirantes, a procura por produtos orgânicos pelos consumidores na feira da praça Bom Pastor tem apresentado crescimento desde a pandemia. Um exemplo claro é a entrada dos cogumelos na lista dos 10 produtos mais vendidos no ano de 2020 e 2021 (Figura 2A e 2B). A maioria dos preços apresentaram poucas variações no decorrer dos anos. Isso é peculiar ao circuito curto de comercialização, o qual garante a venda do produto pelo produtor diretamente para o consumidor.

Contudo, os preços dos cogumelos, das maçãs e dos ovos exibiram alta de 31, 42 e 28% do ano de 2019 (Figura 2A) para 2021 (Figura 2C), respectivamente. Quanto aos cogumelos e ovos, são provenientes de produtores únicos e não são feirantes (Quadro 2), e além da demanda ser maior que a oferta, podem existir custos de transação (frete, por exemplo) que aumentam o preço dos produtos. No caso da maçã, ela não é produzida localmente e é oriunda de outras regiões do país. O revendedor está lotado na Ceasa-SP (loja Terra – frutas orgânicas), por isso os preços são mais elevados para esta fruta.

Quanto à manutenção da oferta de produtos da feira, eles possuem uma uniformidade de comercialização, pois dos 54 produtos ofertados, 33 ficam disponíveis o ano todo (Anexo E). Por exemplo, quando há diminuição da produção ou ausência de algum produto, decorrente da sazonalidade da região, os feirantes recorrem aos revendedores, os quais podem complementar o estoque de vendas de determinado ou suprir totalmente a falta dele. Desse modo os clientes sempre terão à sua disposição os produtos que estão acostumados a comprar.

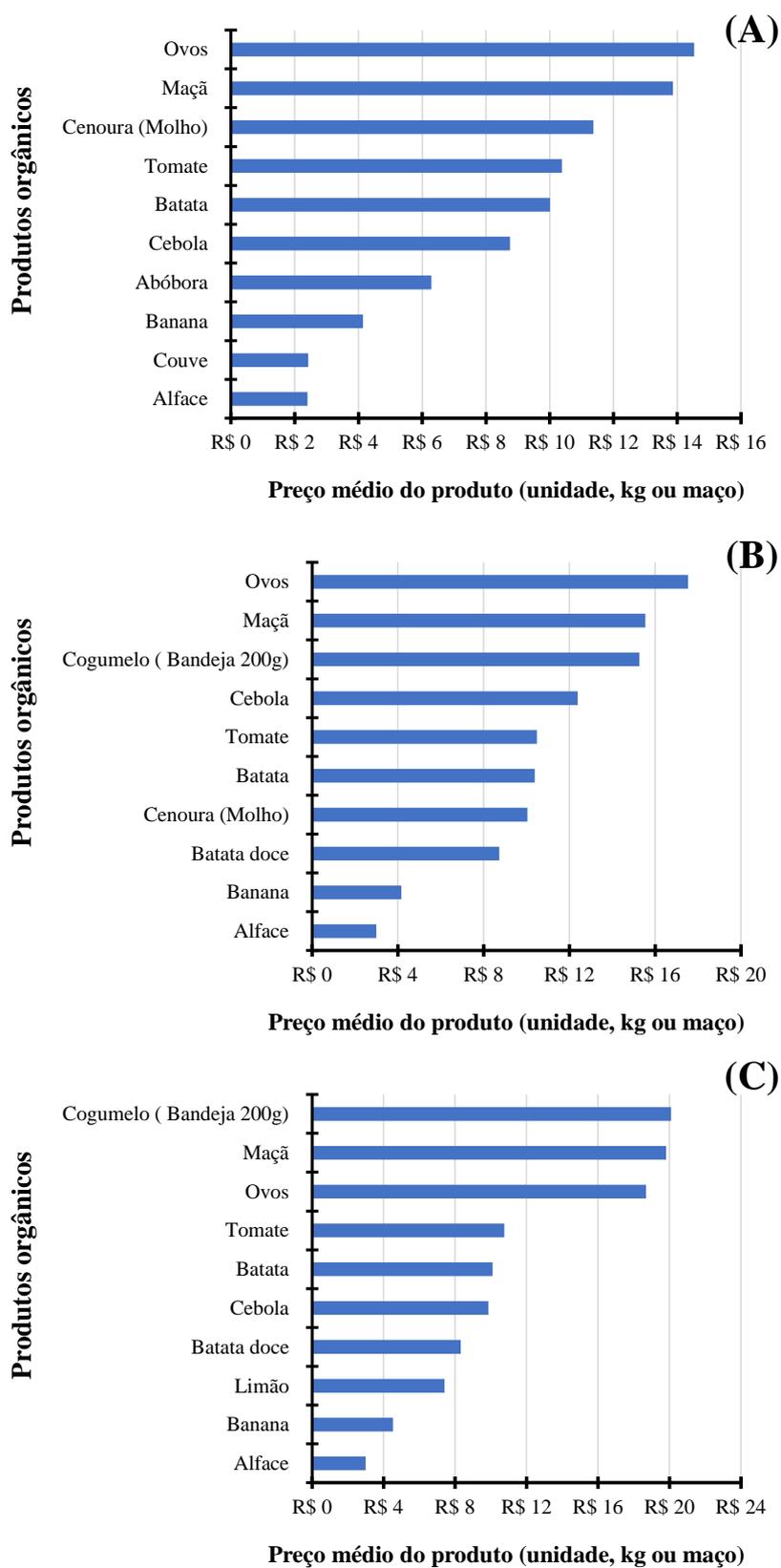


Figura 2. Preço dos 10 produtos orgânicos com maior receita durante os anos de 2019, 2020 e 2021 na feira da praça Bom Pastor, em Juiz de Fora – MG.

Fonte: MOGICO (2019), MOGICO (2020), MOGICO (2021).

No Quadro 3 podemos ver a síntese dos resultados das vendas e dos preços cobrados.

Quadro 3. Vendas anuais de produtos orgânicos na feira orgânica do Bom Pastor, Juiz de Fora - MG

Ano	Unidade / produto	Volume (kg)	Valor arrecadado (R\$)	10 produtos mais vendidos
Jan.- dez. 2019	39.513	39.150	445.025,00	tomate, alface, cenoura, couve, ovos, limão, inhame, morango, rúcula, abacate
Jan. dez. 2020*	12.255	10.644	157.552,50	Tomate, banana, maçã, cebola, alface, batata, cenoura, cogumelo, ovos, batata doce
Jan.-mai. 2021**	3.721	4.685	59.171,50	Tomate, banana, maçã, ovos, alface, cebola, limão, batata doce, cogumelo, batata

OBS: (*) a feira ficou paralisada por cinco meses, a coleta foi de 7 meses.

(**) a coleta foi até maio 2021 (5 meses).

No ano de 2019 foram comercializadas 39.513 unidades de produtos, representando 39.150 kg em 12 meses. Em 2020 a quantidade de produtos vendidos na feira foi três vezes menor em comparação com o ano anterior, totalizando 12.255 kg. Vale ressaltar que a feira ficou suspensa por 5 meses. No ano de 2021, que continuou a ser afetado pela pandemia de Covid-19, até maio de 2021 havia sido vendidas 3.721 unidades de produtos e 4.685 kg.

Quanto aos valores arrecadados na feira orgânica da praça Bom Pastor, em Juiz de Fora - MG, as vendas em 2019 foram de R\$ 445.025,00. Dividindo-se esse total arrecadado por 12 meses e por 12 produtores (incluindo o revendedor), tem-se faturamento médio de três mil reais/produtor/mês.

Observa-se que o ano de 2020, atípico por conta da pandemia de Covid-19, houve uma queda nas vendas (R\$ 157.552,50), refletindo em uma receita anual quase três vezes menor em relação ao ano de 2019, que foi de R\$ 445.025,00. Como o ano de 2021 ainda não foi encerrado, até o momento a arrecadação da feira totalizou R\$ 59.171,50 (Figuras 3, 4 e 5). Ao estimarmos o faturamento mensal, observamos que em 2019 foi de R\$ 37.085,40/mês; em 2020 foi de R\$ 22.507,50/mês e nos quatro primeiros meses de 2021 foi de R\$ 14.792,87/mês. Portanto, queda acentuada no faturamento mensal pós pandemia.

Dentre os 10 produtos mais vendidos estão: banana, alface, tomate, couve, rúcula, alho poró, limão, cebola, batata doce e manga.

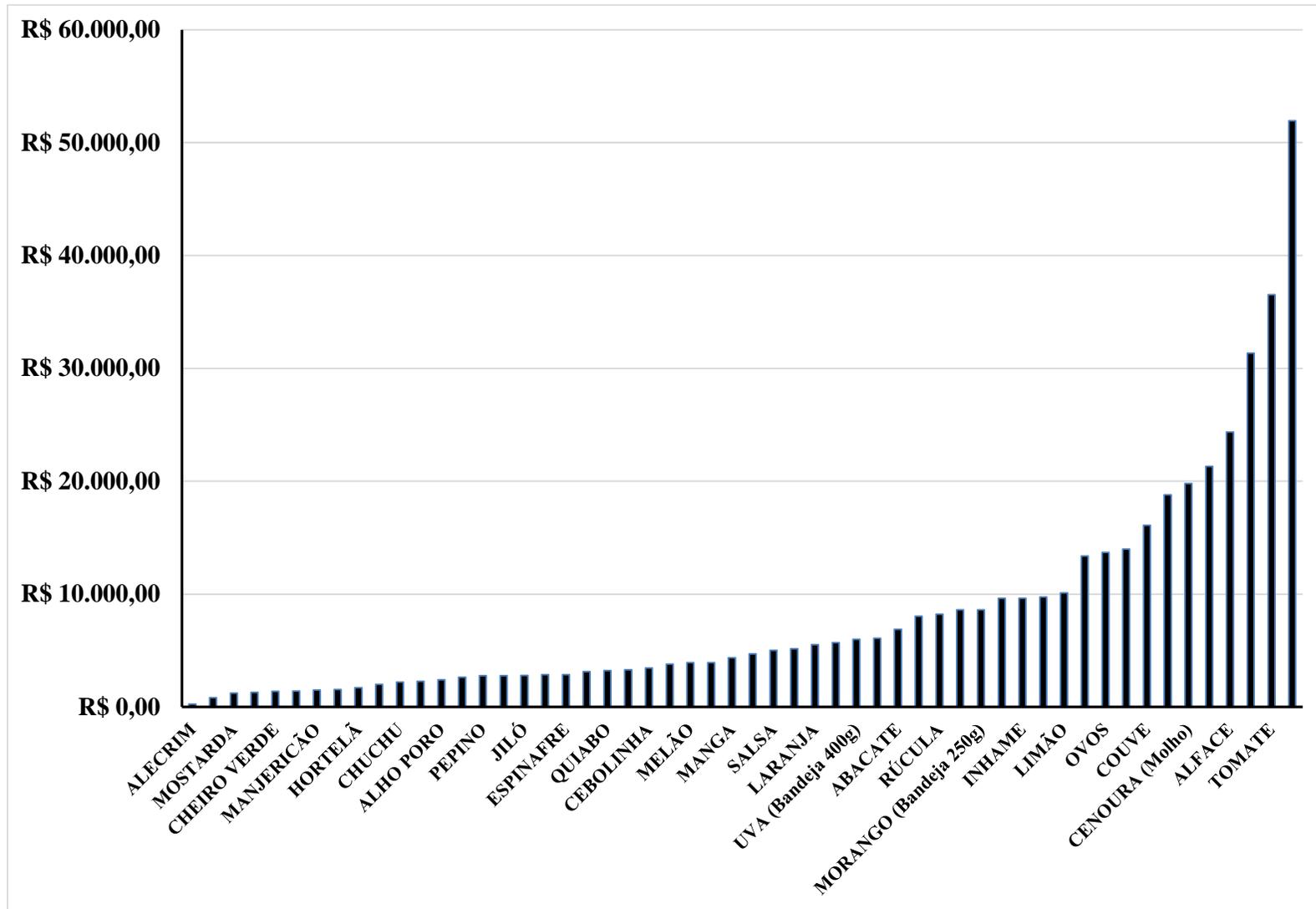


Figura 3. Valores de vendas anuais dos 54 produtos ofertados na feira orgânica da praça Bom Pastor, Juiz de Fora -MG, ano de 2019.

Fonte: MOGICO (2019).

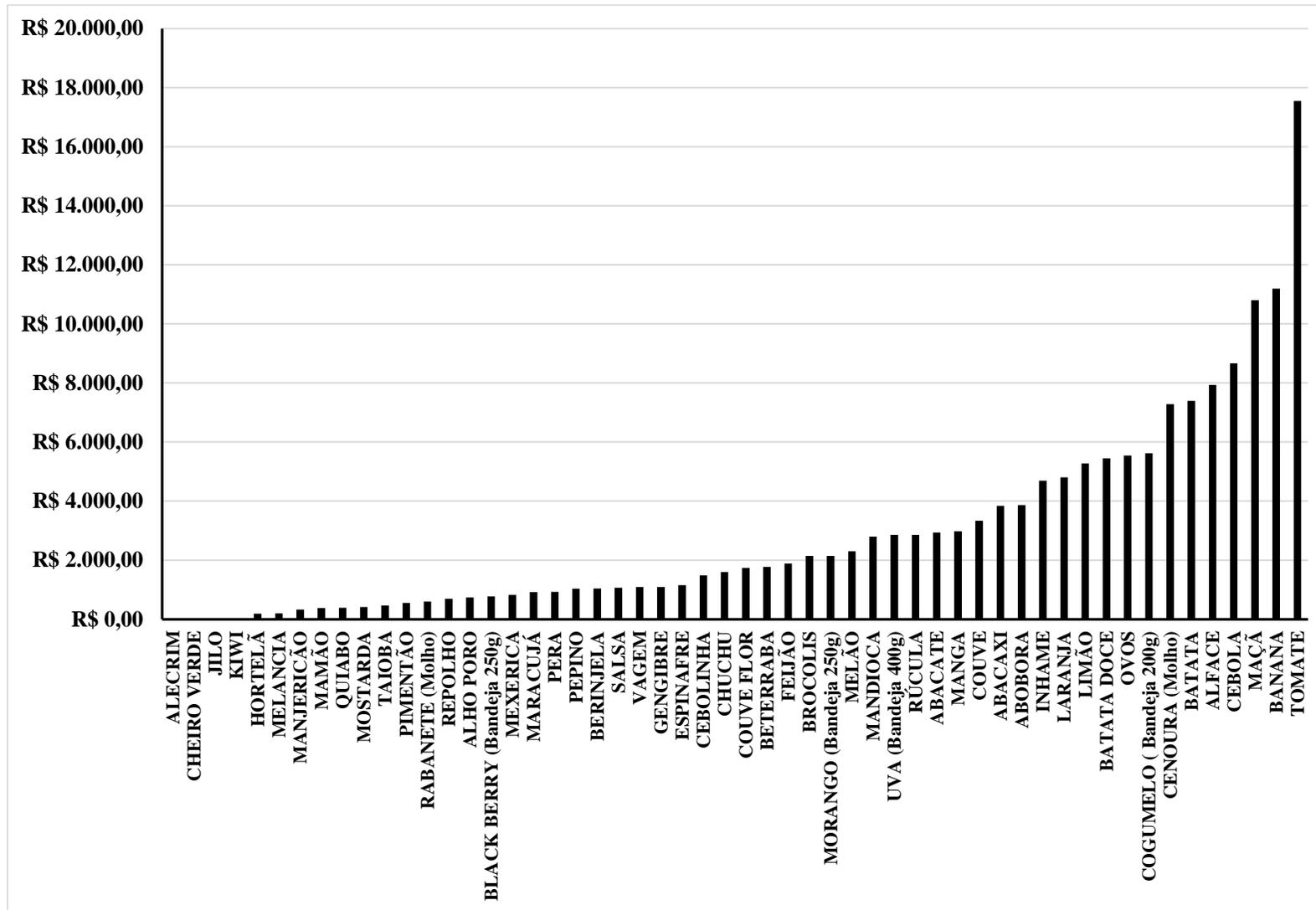


Figura 4. Valores de vendas anuais dos 54 produtos ofertados na feira orgânica da praça Bom Pastor, Juiz de Fora -MG, ano de 2020.

Fonte: MOGICO (2020).

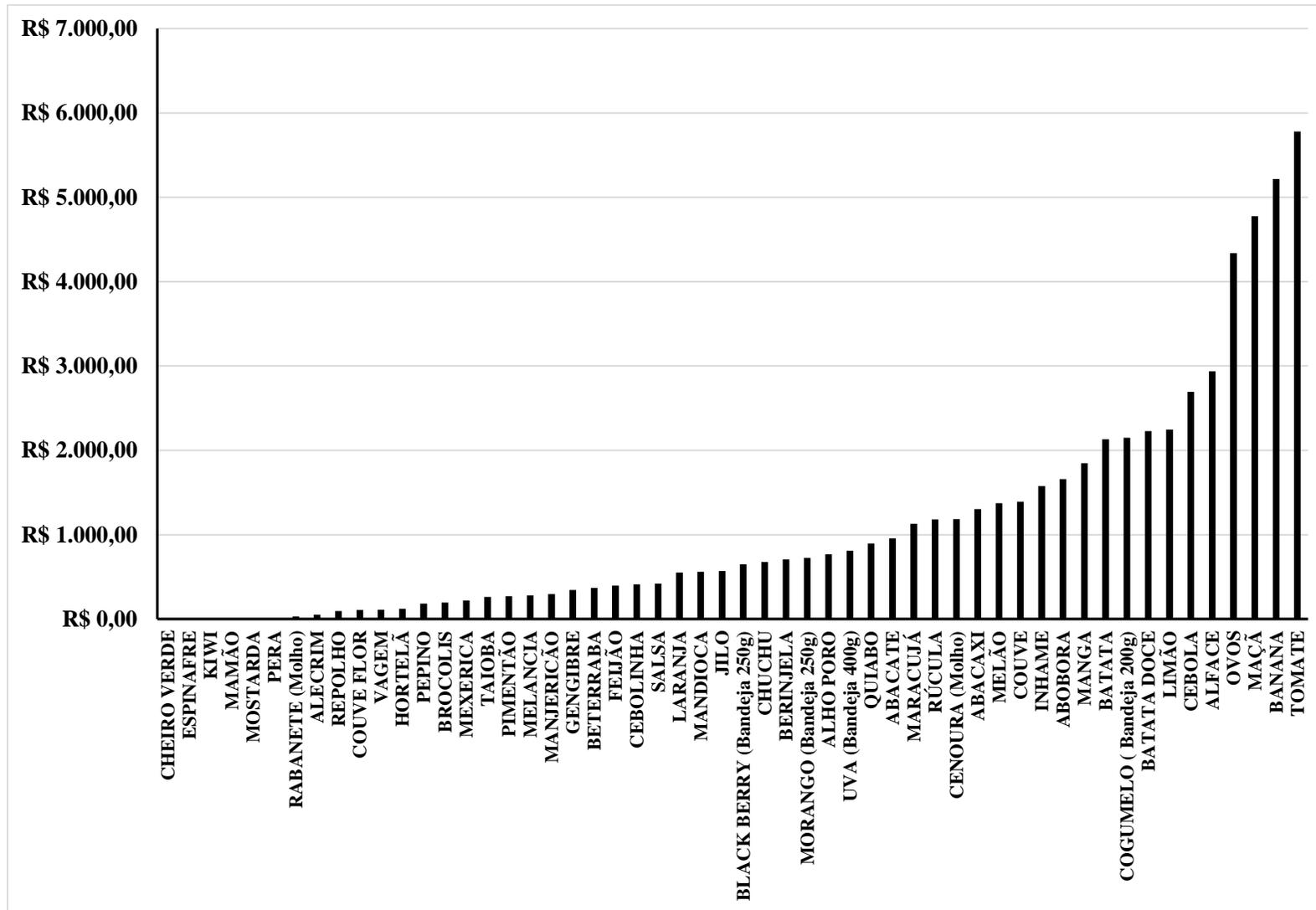


Figura 5. Valores de vendas anuais dos 54 produtos ofertados na feira orgânica da praça Bom Pastor, Juiz de Fora -MG, de janeiro a maio de 2021.

Fonte: MOGICO (2021).

No que tange ao preço médio (anexo A, B e C), em 2019, os cinco produtos mais caros por unidade de produto foram: pera > cogumelo > kiwi > gengibre > ovos > variando de R\$17,83/kg da pera a R\$ 14,53/dúzia ovos. Já no ano de 2020, a lista dos 5 produtos mais caros foi: melancia > pera > gengibre > pimentão > ovos variando de R\$ 24,88/kg da melancia a R\$ 14,33/dúzia ovos. Já nos primeiros 4 meses de 2021, os cinco produtos mais caros na feira foram: maçã > gengibre > ovos > pimentão > feijão. Observa-se, portanto, que os ovos e o gengibre estão entre os produtos mais caros, estando também sempre presente as frutas neste status. Muitas das frutas não são produzidas pelos membros do MOGICO, e são ofertadas para atrair os consumidores e possibilitar oferta bem diversificada. Há que se investir no plantio de frutas pois também possibilita o processamento e agregação de valor além de maior tempo de prateleira.

Para atender aos chefes de cozinha e as donas de casa para melhor pensarem, prepararem os seus cardápios mensais ou sazonais, de acordo com a estação do ano com as ofertas de frutas, legumes e verduras, por exemplo, elaboramos o Quadro 4 onde estão as ofertas feitas aos consumidores, na feira do Bom Pastor em Juiz de Fora - MG. Usamos a classificação de Bevilacqua (2006) para hortaliças e frutas, adequada a uma visão gastronômica sugerida por Ornellas (2006): hortaliças herbáceas, hortaliças fruto, hortaliças bulbo-raízes e tubérculos, cereais, leguminosas, sementes, lácteos, carnes, ovos, cogumelos comestíveis (fungos), mel, temperos, ervas e especiarias.

Quadro 4. Classificação dietética dos alimentos ofertados na feira Bom Pastor durante período de um ano (janeiro a dezembro de 2019).

Classificação do alimento	Ano todo	6 a 10 meses	Menor ou igual a 5 meses
Hortaliças herbáceas (HH)	Alface, Couve, Mostarda, Rúcula, Taioba	Espinafre, repolho, Brócolis, Couve Flor	
Hortaliças fruto (HF)	Beringela, Chuchu, Jiló, Tomate, Vagem	Abóbora, Quiabo, Pimentão	Pepino
Hortaliças tuberosas (HT)	Alho Poró, Batata, Batata doce, Beterraba, Cebola, Cenoura, Gengibre, Inhame, Mandioca, Rabanete		
Leguminosa	Feijão		
Temperos e Ervas	Alecrim, Cebolinha, Cheiro Verde, Hortelã, Manjericão, Salsa		
Frutas	Banana, Laranja, Limão, Maçã	Abacaxi, Mamão, Uva, Abacate, Maracujá, Melancia, Melão	Manga, Blackberry, Mexerica, Morango, Kiwi, Pera

Fonte: com base em MOGICO (2019).

No Quadro 4, apresentamos a oferta de alimentos na Feira do Bom Pastor, Juiz de Fora - MG, sistematizadas nos Anexo E. No ano todo, das 54 ofertas, houve a oferta de 31 itens vegetais de forma contínua (hortaliças – cinco hortaliças herbáceas, cinco hortaliças fruto, 10 hortaliças tuberosas, quatro frutas, seis temperos e ervas, uma leguminosa), e mais dois itens: ovos e cogumelos comestíveis. Com relação ao período entre 6 e 10 meses de ocorrência na oferta da Feira Bom Pastor, foram ofertadas 14 espécies (quatro hortaliças herbáceas, três hortaliças fruto, sete frutas). No período igual ou menor que 5 meses de oferta aos consumidores, ocorrência de sete espécies (uma hortaliça fruto e seis frutas). Observa-se a oportunidade de estimular a oferta de leguminosas já que somente o feijão é ofertado.

Não observou o registro da oferta dos produtos de origem animal (mel, lácteos, por exemplo) o que daria oportunidade de enriquecer o prato dos consumidores com outros alimentos. Entretanto, podemos afirmar que a oferta de 3 tipos de alimentos orgânicos durante o ano todo, fornece boa oportunidade para diversificar os cardápios e oferecer uma dieta rica e saudável, com oferta de proteína e carboidratos. As ofertas no período de 6 a 10 meses (14 tipos) permitem enriquecer ainda mais a dieta, ficando algumas frutas restritas as safras (manga, morango, por exemplo). A feira orgânica é um bom espaço para criação de hábitos saudáveis e experiências com diversos sabores.

O Quadro 4 pode ser estudado pelos produtores e chefes de cozinha, para ampliação da oferta nos restaurantes e buffets de Juiz de Fora - MG. Observamos também a ausência de cereais produzidos na região (fubá, por exemplo) para enriquecer a oferta. Sugere-se a realização de uma pesquisa junto aos consumidores para verificar como avaliam e desejam a oferta de alimentos orgânicos na feira.

Após a retomada das feiras em 03/08/2020, ocorreram ajustes na disposição das barracas, pois atendendo às normas de prevenção ao Covid-19, ficaram mais espaçadas entre si. Além disso, houve sempre o reforço quanto a obrigatoriedade em utilizar máscaras de proteção facial e álcool em gel 70% (Figura 6), protocolo seguido de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Saúde de MG.



Figura 6. Disposição das barracas na feira orgânica Bom Pastor, Juiz de Fora - MG, antes (A) e durante a pandemia de Covid-19 (B).

Fonte: do autor (2019, 2020).

Os impactos sociais da produção orgânica aos produtores associados à MOGICO se refletem na melhoria da qualidade de vida da família produtora, com o favorecimento para manutenção do homem no campo através da produção de alimentos e venda direta aos consumidores a um preço justo, além da busca pela valorização da atividade de produção rural e o fornecimento de alimentos de qualidade, frescos e com origem conhecida diretamente para os consumidores locais.

4.4 Cestas em Domicílio

Antes da chegada do novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da pandemia de Covid-19, não havia a comercialização dos produtos orgânicos de forma coletiva entre os feirantes, na forma de cestas. Em decorrência da disseminação da Covid-19, em março de 2020, as feiras foram suspensas por cinco meses, em decorrência do distanciamento e isolamento social impostos como medida de segurança sanitária. A partir de então os feirantes se organizaram de modo a comercializar coletivamente seus produtos na forma de cesta *online*. O imóvel onde as cestas são preparadas foi cedido por um produtor, e o espaço é administrado pela associação MOGICO com base no acordo de feira estabelecido entre os participantes e aprovado pelos membros da associação.

A associação MOGICO conta com um *site* denominado “Cesta de produtos orgânicos MOGICO”, onde a plataforma fica disponível para pedidos das 17 horas de sábado até às 20h de domingo e as entregas são realizadas na terça-feira, de 9 às 16 horas. Abaixo segue a imagem que ilustra como o consumidor pode realizar o seu pedido no site da MOGICO (Figura 7).

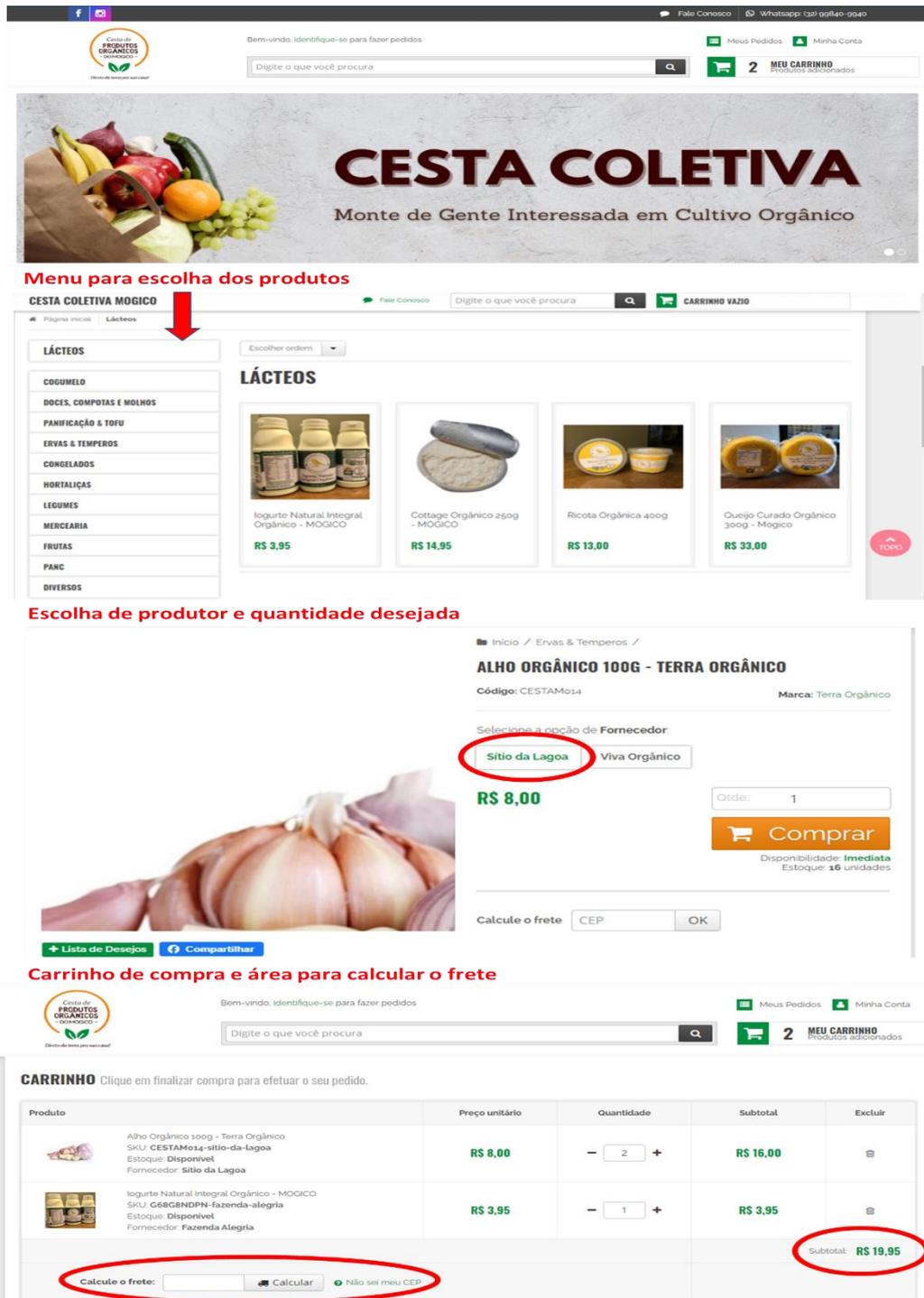


Figura 7. Site da MOGICO e exemplo de como adquirir produtos orgânicos da cesta coletiva.
 Fonte: MOGICO (2021).

Todos os pedidos são realizados através da plataforma *online* que permite emitir o relatório de venda, facilitando assim a logística de recepção de pedidos e consolidação dos dados de vendas por produtor. Um colaborador remunerado fica encarregado de organizar os pedidos e separar os produtos.

As cestas são montadas por um grupo de produtores que organizam as vendas *online* e custam em média R\$ 35,00. Os produtores participantes precisam entregar seus pedidos até a manhã do dia de entrega, os quais devem ser separados em porções de acordo com os pedidos. O grupo organizador separa os pedidos de cada cliente e criam a rota de entrega para facilitar a chegada dos produtos às casas dos clientes. As cestas são entregues por serviço de motoboy terceirizado, cujo valor está incluso no pedido do cliente, calculado no momento da compra no *site*. O valor praticado nas cestas pelos produtos é o mesmo na feira, no entanto, as cestas que são entregues ao consumidor contém o valor do frete, o qual varia conforme a região de entrega.

Parte do valor arrecadado com as vendas é direcionado para cobrir os custos de operação, aquisição das embalagens e do serviço de montagem das cestas desde o recebimento da mercadoria até a entrega ao consumidor. Com a chegada da pandemia, todos os produtores feirantes adotaram o sistema de venda *online* como forma alternativa de escoar a produção enquanto as feiras estavam proibidas. Essa estratégia forçada, contribuiu para diminuir o faturamento da Feira do Bom Pastor, inclusive com a saída de 2 feirantes que passaram a só fornecer para as cestas.

4.5 Não Conformidades no Ponto de Venda e nos Rótulos

Na feira são encontrados produtos *in natura* e processados de origem vegetal e animal. Os produtos são ofertados pelos próprios produtores e por revendedores. Quanto à avaliação da conformidade orgânica, todos produtores que fazem parte do SPG pertencem à OPAC ABIO e dois produtores possuem a certificação por auditoria, ambos pela certificadora IBD. Cabe destacar ainda que nenhum produtor feirante está vinculado a OCS. Quanto às principais não conformidades encontradas, destacamos a ausência da exposição do certificado orgânico e a identificação do produtor/propriedade.

Como a maioria dos produtos são vendidos na forma *in natura*, não há a utilização de rótulos. Já os produtos processados, há o atendimento às regras de rotulagem e estão em conformidade com a legislação orgânica. Nesse caso, para cumprir as exigências básicas com relação à rotulagem dos produtos orgânicos, o produtor deve inserir em seu rótulo as informações como nome, endereço, CPF, telefone e o termo “ORGÂNICO ou PRODUTO ORGÂNICO”. O selo do SISORG Brasil deve atender as regras de utilização e para que ocorra a preservação da sua legibilidade, não é permitido reduzir o selo a medidas inferiores a 2,5 cm (BRASIL, 2009d), conforme exemplificado na Figura 8.

A figura 8 apresenta o selo do SisOrg para certificação por auditoria, mas também apresenta o selo institucional da ABIO (que opera SPG) o que pode levar a confusão dos consumidores. O produtor tem as duas avaliações da conformidade: certificação e SPG.

Os produtores utilizam caixa próprias ou caixas cedidas pela EMATER-MG através do Programa Feira Agricultura Familiar. A maioria dos produtores ainda não atendem as exigências com relação a etiquetagem da IN 2/2018 (BRASIL, 2018), específica para frutas e legumes e verduras que permite com maior facilidade a rastreabilidade dos produtos. Somente os produtores que vendem em atacado para revendedores que cumprem essa normativa.



Figura 8. Produto orgânico com a exibição do selo SISOORG no canto superior direito, conforme orientações do MAPA, e selo ABIO.

Fonte: Páni Orgânicos (2021).

5 CONCLUSÕES

O grupo MOGICO é formado por 50 membros, dos quais metade são produtores e a outra metade são colaboradores (consumidores e técnicos). O papel dos colaboradores consiste na participação nas visitas de verificação, bem como em todo o processo de avaliação da conformidade orgânica, além das reuniões do grupo.

Os produtos orgânicos ofertados na feira são provenientes, em sua grande maioria, do próprio município de Juiz de Fora e cidades vizinhas. No entanto, há produtos que são oriundos da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), como a maçã, por exemplo. Há também os produtos processados em geral, tais como à base de cereais, chocolates, vinhos, geleias, os quais são provenientes de todo o país.

Os preços praticados na feira do Bom Pastor e no *site* da MOGICO (cestas em domicílio) são os mesmos, no entanto, por conta das entregas em domicílio, há um valor adicional do frete. Enquanto na feira existe a integração produtores/consumidores que contribui para garantia da qualidade orgânica, nas cestas em domicílio há o diferencial de adquirir o produto sem sair de casa, reservando-o pelo *site* previamente e sem a necessidade de acordar cedo para ir à feira.

Dentre os 10 produtos mais vendidos nos três anos de avaliação estão: banana, alface, tomate, couve, rúcula, alho poró, limão, cebola, batata doce e manga. O faturamento da feira no ano de 2019 foi de R\$ 445.025, em 2020 foi de R\$ 157.552 e até maio de 2021 foi de R\$ 59.151, demonstrando uma redução de 64% no ano de 2020 e 86% no ano de 2021., que continuou a ser afetado pela pandemia de Covid-19. Esse faturamento está em torno de R\$1.230,00/mês, inferior ao que era alcançado em 2019 (cerca três mil reais/mês), ou seja, as vendas na feira estão menores, mas hoje temos que computar as vendas nas cestas em domicílio coletivas. Quanto aos montantes de produtos vendidos na feira, no ano de 2019 foram comercializadas 39.150 kg, em 2020 a quantidade de produtos vendidos na feira foi três vezes menor em comparação com o ano anterior, totalizando 12.255 kg. Já no ano de 2021, que continuou a ser afetado pela pandemia de Covid-19, até maio de 2021 havia sido vendidas 4.685 kg de produtos orgânicos.

Observou-se que a maioria dos produtos ofertados na feira da Praça Bom Pastor apresentam-se com baixa variação de preços durante o período avaliado (2019 a maio de 2021). Quanto à variação ao longo de cada ano, há uma estabilidade nos preços de todos os produtos.

Não foram observadas não conformidades quanto à comercialização dos produtos *in natura*. As não conformidades foram referentes a ausência da exposição do certificado orgânico, identificação do produtor/propriedade e rotulagem de produtos processados. Para isso foram propostas aos feirantes a realização dos ajustes necessários para que todos atendessem às conformidades da comercialização dos produtos orgânicos.

A diversidade de produtos atende às necessidades dos consumidores locais, já que eles têm a opção de em um único local adquirir tudo aquilo que eles utilizam em sua alimentação. E o fato de ter 31 dos 54 produtos ofertados durante todo o ano faz com que haja a fidelização dos clientes na feira da praça Bom Pastor, além de dispensar a necessidade de os clientes buscarem outros canais de comercialização.

A presença de uma feira orgânica no município de Juiz de Fora não atende a demanda dos consumidores orgânicos. Com a utilização do *romaneio* de feira é possível identificar quais são os produtos que têm apresentado sobras no final da feira e quais se esgotam rapidamente. Dessa forma poderá ser criado um planejamento coletivo com base nas demandas do mercado consumidor para que os produtores tenham o direcionamento de quais culturas produzir ao longo do ano, otimizando sua atividade e, conseqüentemente, a organização das vendas dos produtos na feira.

A arrecadação da receita na feira sofreu uma queda acentuada do ano de 2019 para 2021, reflexo da pandemia de Covid-19, que é cômodo e não arrisca a contaminação enquanto a vacina não chega para maioria da população. O fato de a feira ficar suspensa durante alguns meses, fez com que os produtores ficassem impedidos de comercializar os seus produtos, embora ocorresse nesse tempo a produção no campo. Quando houve a volta das feiras, a produção e comercialização sofreram os impactos da pandemia, pois houve o descompasso da produção de alimentos, bem como muitos consumidores, receosos por conta da pandemia, não voltaram à feira. Todos esses fatos promoveram uma incerteza na renda dos produtores e feirantes, que outrora tinham uma renda mais estável, antes da pandemia.

Devemos apresentar resultados para os membros do MOGICO que fornecem para a feira e usar o mapa da oferta para propormos planejamento da produção para ofertar maior diversidade de produtos tanto para a feira quanto para a cesta em domicílio. Não foi feito levantamento da oferta das cestas coletivas, mas deve-se num futuro realizar pesquisa para sistematizar e avaliar a oferta dos produtos orgânicos neste outro canal de comercialização. Com o agravamento da pandemia de Covid-19, houve perdas de alguns produtos, haja visto que com a paralisação das feiras os produtores não tinham como comercializar e escoar suas produções de forma adequada. Com a criação do site da MOGICO, abriu-se uma nova forma de comercializar os produtos em meio à continuidade da pandemia do novo coronavírus. Dessa forma, os produtores voltaram a ter esperança e motivação para planejar melhor as suas atividades de produção de orgânicos. Com a chegada da pandemia de Covid-19 houve a criação de novas estratégias de comercialização, através da venda de cesta de produtos orgânicos pela internet. Uma nova forma de comercialização que além de ajudar os produtores a escoar sua produção, facilita a vida do consumidor, que muitas vezes não pode ir à feira devido à pandemia ou mesmo pelo excesso de tarefas cotidianas. Os circuitos curtos de comercialização favorecem o desenvolvimento da economia local, pois a partir do momento que os alimentos são produzidos e consumidos na região, evita-se assim a exportação de capital para outras regiões produtoras, diminuição da pegada ecológica.

A prática do comércio local gera emprego e aumento de renda no território, possibilitando ainda o maior estreitamento da relação vendedor-consumidor.

As informações desta dissertação trarão contribuições à ABIO sobre a comercialização dos produtos orgânicos fora do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na cidade do Rio de Janeiro. Esse canal é a principal forma de comercialização dos produtores orgânicos membros da ABIO. Outra forma de contribuir seria com a metodologia aplicada para obtenção de dados de produção e comercialização, servindo de suporte para que a ABIO possa aplicar em outras feiras no estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira, ao compreender melhor como se comportam essas feiras, os produtos com excedente de produção teriam a possibilidade de serem comercializados em outras localidades ou de serem doados quando o Brasil passar pelos reflexos da pandemia e a fome.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIO-RJ. Acordo de funcionamento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. *In*: 2010, Rio de Janeiro-RJ. **ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro-RJ: Associação dos Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro -RJ, 2010.

ABIO-RJ. Reunião do Conselho Administrativo da ABIO-RJ. *In*: 2019, Rio de Janeiro-RJ. **Reunião do Conselho Administrativo**. Rio de Janeiro-RJ: Associação dos Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro -RJ, 2019.

ALEIXO, D. N. S. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos, pelas Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de 2011 à 2016**. 2018. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4686>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO ORGÂNICOS DA MATA. **Ata da Assembleia Geral**. Juiz de Fora - MG: [s. n.], 2021.

BAPTISTA, A.; CRISTÓVÃO, A.; COSTA, D.; GUIMARÃES, H.; TIBÉRIO, M. L.; PINTO-CORREIA, T. **Recomendações de medidas de política de apoio aos Circuitos Curtos Agro-Alimentares: período de programação 2014-2020: relatório preliminar**. Lisboa - Portugal: ISA: UE: UTAD, 2013.

BARRA, W. **Programa de Feiras orgânicas no município de Belo Horizonte, MG: caracterização, potencialidades, limites e desafios**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/4442>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BEVILACQUA, H. E. C. R. Classificação das hortaliças. *In*: MARTINS, A. L. C.; BEVILACQUA, H. E. C. R.; SHIRAKI, J. N. (org.). **Horta: cultivo de hortaliças**. São Paulo-SP: Rettec Artes Gráficas, 2006. p. 2–5.

BLANC, J.; KLEDAL, P. R. The Brazilian organic food sector: Prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 1, p. 142–154, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2011.10.005>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BOUÇAS, C. **Unilever compra Mãe Terra e prevê duplicar operação | Empresas | Valor Econômico**. São Paulo-SP, 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/10/03/unilever-compra-mae-terra-e-preve-duplicar-operacao.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, n. 0, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22125>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007, DE 17 DE MAIO DE 1999. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 1999. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/?p=2999&preview=true>

BRASIL. Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm

BRASIL. LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 11 DE JUNHO DE 2004. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2004a. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/instrucao-normativa-no-16-de-11-de-junho-de-2004/>

BRASIL. Portaria MAPA nº 158 de 08/07/2004. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Dispõe sobre o assessoramento ao Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - PRO-ORGÂNICO. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2004b. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-158-2004_188308.html. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. LEI Nº 11.326 DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernando/Downloads/decreto-no-06-323-de-27-de-dezembro-de-2007.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa nº 19 de 28 de Maio de 2009 (mecanismos de controle e formas de organização)Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2009a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 18, DE 28 DE MAIO DE 2009Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2009c. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-18-de-28-de-maio-de-2009-alterada-pela-in-no-24-11-processamento.pdf/view>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. Manual de aplicação do selo oficial para produtos orgânicos. Brasília-DF: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2009 d. Disponível em: <http://biodinamica.org.br/pdf/Manual%20selo%20SisOrg.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm

BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Brasília-DF: CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA - CIAPO, 2013. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/11/planapo-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-planapo.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 18 de 20 de Junho de 2014 (Selo Federal do SisOrg)Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-50-de-05-de-novembro-de-2009-selo-federal-do-sisorg.pdf/view>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Brasília-DF: CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CIAPO), 2016. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 9.064, DE 31 DE MAIO DE 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 , que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA - INC Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018. Informações obrigatórias do ente posterior na cadeia produtiva a serem registradas e arquivadas. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/2915263/do1-2018-02-08-instrucao-normativa-conjunta-inc-n-2-de-7-de-fevereiro-de-2018-2915259. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 9.784, DE 7 DE MAIO DE 2019. Declara a revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos. Diário Oficial da União,

Brasília-DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9784.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.688, DE 26 DE ABRIL DE 2021**. Altera o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A AGRICULTURA ORGÂNICA E SEU POTENCIAL PARA O PEQUENO AGRICULTOR. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 3, p. 69–101, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2001.v18.8851>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CERVEIRA, R.; CASTRO, M. C. Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo-características de um padrão de consumo. **Informações econômicas**, v. 2, n. 52, p. 199–206, 1999. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutodebotanica/2000/01/consumidores-de-produtos-organicos-da-cidade-de-sao-paulo-caracteristicas-de-um-padrao-de-consumo/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CTA, G.-S. **Histórico - CTA - Zona da Mata**. [s. l.], 2021. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA). Disponível em: <http://ctazm.org.br/>. Acesso em: 22 set. 2021.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre produtores e consumidores**. Londrina-PR: IAPAR, 2012.

DIAS, V. da V.; SCHULTZ, G.; SCHUSTER, M. da S.; TALAMINI, E.; RÉVILLION, J. P. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 155–174, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC841V1812015en>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FAO. **Agroecology Knowledge Hub**. [s. l.], 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/agroecology/database/detail/en/c/1203612/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FELIPPE, E. L. C. **O Papel da Formação Técnica Alternativa e da Extensão Rural Pública na Construção de Redes de Apoio à Transição Agroecológica e à Produção Orgânica: um Estudo no Município de São José do Vale do Rio Preto - RJ**. 2017. Mestrado (Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017.

FIBL. **Key indicators on organic agriculture worldwide**. [s. l.], 2021. Disponível em: https://statistics.fibl.org/world/key-indicators.html?tx_statisticdata_pi1%5Bcontroller%5D=Element2Item&cHash=ba0aa70d46b2bb18dca4638c75aa654e. Acesso em: 14 jun. 2021.

FNDE. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 23 de agosto de 2004**. Estabelecer critérios para execução do PNAE. Brasília-DF, 2004. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4228->

resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38,-de-23-de-agosto-de-2004. Acesso em: 16 ago. 2021.

FONSECA, M. F. de A. C. **A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação.** 2005. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2005. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/3727>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre-RS: UFRGS, 2017.

GOMES, M. **Certificação Pública dos Produtos Orgânicos: O caso do IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária.** 2016. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/1880>. Acesso em: 1 jul. 2021.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E.; GOODMAN, M. **Alternative Food Networks: Knowledge, Practice and Politics.** London: Routledge, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203804520>

GRAZIANO, G. O.; PIZZINATTO, N. K.; GIULIANI, A. C.; FARAH, O. E.; NETO, M. S. A certificação de produtores de orgânicos no Brasil: um estudo exploratório. *In:* CONGRESSO DA SOBER "QUESTÕES AGRÁRIAS, EDUCAÇÃO NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO2006, Fortaleza-CE. **Anais.** Fortaleza-CE: Sober, 2006.

GUIA, A. P. O. M. **Produtividade de Milho Verde Cultivado em Sucessão a Adubação Verde com Aplicação de Microrganismos Eficientes, nas Condições de Matias Barbosa, MG.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2018.

GUIMARÃES, L. S. F. **Análise crítica de processos de certificação por auditoria em organismo Público de avaliação da conformidade orgânica do Estado de Minas Gerais.** 2016. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1877>. Acesso em: 26 jun. 2021.

GUIMARÃES, T. da S. **Circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos: o caso de Nova Friburgo - RJ.** 2017. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/4526>. Acesso em: 19 jul. 2021.

HAUMANN, B. F. U. S. Organic sales set new records. *In:* WILLER, H.; TRÁVNÍČEK, J.; MEIER, C.; SCHLATTER, B. (ed.). **The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends 2018.** Germany: FiBL & IFOAM – ORGANICS INTERNATIONAL, 2018. p. 340.

HAUMANN, B. F. U. S. United States: new sales records. *In:* WILLER, H.; TRÁVNÍČEK, J.; MEIER, C.; SCHLATTER, B. (ed.). **The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends 2019.** Germany: FiBL & IFOAM – ORGANICS INTERNATIONAL, 2019. p. 340.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro-RJ: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009.

IBGE. **Censo Agro 2017**. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25126-em-alta-agricultura-organica-reune-todos-os-elementos-da-producao-sustentavel.html>. Acesso em: 8 jul. 2021.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Quer pagar quanto. **Revista do IDEC**, n. 142, p. 16–20, 2010.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Rota dos orgânicos. **Revista do IDEC**, n. 162, 2012.

IFOAM. **Definition of Organic Agriculture | IFOAM**. [s. l.], 2008. Disponível em: <https://ifoam.bio/why-organic/organic-landmarks/definition-organic>. Acesso em: 5 jun. 2021.

INMETRO, (Instituto Nacional de Metrologia). **Portaria nº 276 de 24 de setembro de 2009**. Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cachaça. Rio de Janeiro-RJ, 2009.

INSTITUTO TERRA MATER; INSTITUTO KAIRÓS. **Produtos sem veneno são sempre mais caros?** Piracicaba-SP: [s. n.], 2015.

KLUTH, B.; BOCCHI JÚNIOR, U.; CENSKOWSKY, U. **Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010**. Jundiaí-SP: Organic Services, 2011.

KUEPPER, G. **A Brief Overview of the History and Philosophy of Organic Agriculture**. Poteau, OK, USA: Kerr Center for Sustainable Agriculture, 2010.

LAGE, M. F. R. **O mercado orgânico de BH: um estudo de caso das feiras orgânicas municipais**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/handle/jspui/1828>. Acesso em: 22 out. 2021.

LAGE, M. F. R.; ASSIS, R. L. de; AQUINO, A. M. de. Diagnóstico das feiras de produtos orgânicos e seus consumidores em Belo Horizonte. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 37, n. 1, p. 26519, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2020.v37.26519>. Acesso em: 19 jul. 2021.

LAMINE, C.; MARÉCHAL, G.; DAROLT, M. **Análise da transição ecológica de sistemas agrialimentares territoriais: Ensinamentos de uma comparação franco-brasileira**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01502432>. Acesso em: 19 jul. 2021.

LAMINE, C.; MARÉCHAL, G.; DAROLT, M. Análise da transição ecológica de sistemas agrialimentares territoriais: ensinamentos de uma comparação franco-brasileira. In: PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G.; TEO, C. R. P. (org.). **Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais**. Cabo Verde: UFFS, 2018. p. 35–58. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905726.0004>

LIMA, S. K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. **PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO MUNDO E NO BRASIL: Texto para discussão 2538**. Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

LIU, M. Os desafios da agricultura orgânica para 2018. **Revista Globo Rural**, n. Jan. 2018, 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2nkamjr>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LOPES NETO, A. A. **Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia**. Viçosa-MG: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), 2018. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-empoderando-mulheres-fortalecendo-a-agroecologia-300.pdf>

MACHADO, R. M.; HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; PEGORER, A. P.; FONSECA, M. F.; PASSOS, M.; PEDINI, S.; MADAETS, J. P. **Legislação de produção orgânica no Brasil: projeto de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros**. Pouso Alegre-MG: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2017. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/cartilha_3.pdf

MAPA. **Relação dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica**. [s. l.], 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/copy17_of_ENDEREOSDECERTIFICADORASEOPAC.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - Atualizado em 11/06/2021**. [s. l.], 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MENDES, R. B. **Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso no distrito de Cocais, município de Barão de Cocais (MG)**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2016.

MINAS GERAIS. **Lei Ordinária 10594 de 07/11/1992**. Belo Horizonte-MG, 1992. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-10594-1992-minas-gerais-cria-o-instituto-mineiro-de-agropecuaria-ima-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MINAS GERAIS. **Portaria 713 de 17 de junho de 2005**. Belo Horizonte-MG, 2005.

MINAS GERAIS. **DECRETO 45800, de 06/12/2011**. Belo Horizonte-MG, 2011. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45800&ano=2011>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MINAS GERAIS. **Portaria 1357, de 23 de outubro de 2013**. Minas Gerais-MG, 2013.

MINAS GERAIS, S. **Protocolos Sanitários**. [s. l.], 2021. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/protocolos>. Acesso em: 21 out. 2021.

MOGICO. Acordo de funcionamento da Feira do Bom Pastor. *In:* 2017, Juiz de Fora-MG. **Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico**. Juiz de Fora-MG: MOGICO, 2017.

MOGICO. **Composição de produtores orgânicos feirantes da Feira Orgânica na Praça Bom Pastor, Juiz de Fora – MG, 2021**. Juiz de Fora-MG: Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico - MOGICO, 2021 a.

MOGICO. **Cesta Coletiva Mogico**. [s. l.], 2021b. Disponível em: <https://cestamogico.lojaintegrada.com.br/lacteos>. Acesso em: 2 ago. 2021.

MUÑOZ, E.; NIEDERLE, P. CRÍTICAS CÍVICAS AO REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO: MERCADOS DA REFORMA AGRÁRIA EM PORTO ALEGRE, RS / CIVIC CRITICISM TO THE CORPORATE FOOD REGIME: MARKETS OF AGRARIAN REFORM IN PORTO ALEGRE, RS. **Geo UERJ**, n. 33, p. e33779, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2018.33779>. Acesso em: 16 ago. 2021.

NUNES FILHO, R. Por dentro dos supermercados brasileiros. **SuperHiper - Revista Digital**, v. 526, n. 46, 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/edicoes-anteriores/Main.php?MagNo=259>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ORGANIS. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil**. [s. l.], 2017.

ORGANIS. **Panorama sobre o consumo de orgânicos no Brasil 2019**. 2019. Disponível em: <https://organis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/PESQUISA-ORGANIS-2019-2020-07-11.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2021.

ORGANIS. **Enquete sobre o consumo de produtos orgânicos – Organís**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://organis.org.br/enquete-sobre-o-consumo-de-produtos-organicos/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ORNELLAS, L. H. **Técnica dietética: seleção e preparo de alimentos**. 8. ed. São Paulo-SP: Atheneu Editora, 2006.

PÁNI ORGÂNICOS. **Páni Orgânicos (@paniorganicos) • Fotos e vídeos do Instagram**. [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/paniorganicos/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, M. T.; BACCARIN, J. G.; TEO, C. R. P. (org.). **Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais**. Chapecó-RS: UFFS, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/repositorio-de-e-books/abastecimento-alimentar-redes-alternativas-e-mercados-institucionais-pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, p. 289–307, 2012.

SAHOTA, A. The global market for organic food & drink. *In:* WILLER, H.; LERNOUD, J. (ed.). **The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends 2018**. Germany: FiBL & IFOAM – ORGANICS INTERNATIONAL, 2018.

SAHOTA, A. The global market for organic food & drink. *In*: WILLER, H.; LERNOUD, J. (ed.). **The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends 2019**. Germany: FiBL & IFOAM – ORGANICS INTERNATIONAL, 2019.

SAHOTA, A. The Global Market for Organic Food & Drink. *In*: WILLER, H.; TRÁVNÍČEK, J.; MEIER, C.; SCHLATTER, B. (ed.). **The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends 2021**. Germany: FiBL & IFOAM – ORGANICS INTERNATIONAL, 2021. p. 136–139.

SANTIAGO, J. P. **Por que os produtos orgânicos são mais caros? – Organis**. [s. l.], 2021. Disponível em: https://organis.org.br/pensando_organico/por-que-os-produtos-organicos-sao-mais-caros/. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, E. D.; DAROLT, M. R. **Circuitos de comercialização de produtos orgânicos em Curitiba-PR**. 2016. Monografia (Agronomia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2016.

SANTOS, J. P. D. **Políticas Públicas para Qualificação da Produção Agrícola de Base Ecológica: O Caso da Certificação SAT– Sem Agrotóxicos, no Estado de Minas Gerais**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017.

SCHIMAICHEL, G. L.; RESENDE, J. T. V. A importância da certificação de produtos orgânicos no mercado internacional. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, v. 2, p. 1–16, 2006.

SCHIMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba-PR: Kairós, 2013.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 3, 2011.

SCOFANO, J. E. **Avaliação da conformidade orgânica: cenário, entraves e perspectivas no estado do Rio de Janeiro**. 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado profissional em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2014. Disponível em: <http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgao/files/2016/07/Vers%C3%A3o-final-disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

SHELLER, F. **Unilever compra brasileira Mãe Terra, marca de produtos naturais - Economia - Estadão**. [s. l.], 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,unilever-compra-brasileira-mae-terra-marca-de-produtos-naturais,70002024058>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SILVA, Á. T. da; SILVA, S. T. da. Panorama da agricultura orgânica no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 23, p. 1031–1040, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v23i0.8635629>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SOARES, A. L. T. Protocolo de apoio às visitas de verificação para a conversão à produção orgânica de unidades agrícolas do Sistema Participativo de Garantia ABIO/MOGICO, Juiz de Fora - MG. **Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica)**, p. 83, 2018. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/handle/jspui/4524>. Acesso em: 11 ago. 2021.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2008.

WILLER, H.; LERNOUD, J. (ed.). **The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends 2019: STATISTICS & EMERGING TRENDS 2019**. Germany: FiBL & IFOAM – ORGANICS INTERNATIONAL, 2019.

WILLER, H.; TRÁVNÍČEK, J.; MEIER, C.; SCHLATTER, B. (ed.). **The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends 2021: STATISTICS & EMERGING TRENDS 2021**. Germany: FiBL & IFOAM – ORGANICS INTERNATIONAL, 2021. Disponível em: <https://www.fibl.org/fileadmin/documents/shop/1150-organic-world-2021.pdf>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. São Paulo-SP: Artmed, 2010.

ANEXOS

A – Tabela de oferta de produtos ofertados na feira da praça Bom Pastor seus respectivos valores praticados no ano de 2019.

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ TOTAL	R\$ MÉDIO
ABACATE	Kg	964	6880	7,14
ABACAXI	Und	444	5170	11,64
ABOBORA	Kg	3392	21329	6,29
ALECRIM	Und	118	268	2,27
ALFACE	Und	10156	24363	2,40
ALHO PORO	Und	836	2405	2,88
BANANA	Kg	12546	51944	4,14
BATATA	Kg	1878	18798	10,01
BATATA DOCE	Kg	1775	13368	7,53
BERINJELA	Kg	816	5703	6,99
BETERRABA	Und	857	4701	5,49
BLACK BERRY (Bandeja 250g)	Und	398	3935	9,89
BROCOLIS	Und	1717	9634	5,61
CEBOLA	Kg	1597	13984	8,76
CEBOLINHA	Und	1708	3468	2,03
CENOURA (Molho)	Und	1741	19801	11,37
CHEIRO VERDE	Und	627	1386	2,21
CHUCHU	Kg	391	2211	5,65
COUVE	Und	6646	16103	2,42
COUVE FLOR	Und	540	3299	6,11
ESPINAFRE	Und	952	2880	3,03
FEIJÃO	Kg	518	6096	11,77
GENGIBRE	Kg	94	1428	15,19
HORTELÃ	Und	471	1716	3,64
INHAME	Kg	1218	9642	7,92
JILO	Kg	403	2799	6,95
KIWI	Kg	178	2862	16,08
LARANJA	Kg	774	5527	7,14
LIMÃO	Kg	1377	10105	7,34
MAÇÃ	Kg	2260	31347	13,87
MAMÃO	Kg	244	2000	8,20
MANDIOCA	Kg	1876	9737	5,19
MANGA	Kg	536	4364	8,14
MANJERICÃO	Und	721	1508	2,09
MARACUJÁ	Kg	108	1303	12,06
MELANCIA	Kg	96	838	8,73
MELÃO	Kg	395	3933	9,96
MEXERICA	Kg	261	2281	8,74
MORANGO (Bandeja 250g)	Und	1161	8620	7,42
MOSTARDA	Und	500	1240	2,48
OVOS	Und	943	13702	14,53
PEPINO	Kg	376	2770	7,37
PERA	Kg	451	8042	17,83
PIMENTÃO	Kg	250	2634	10,54
QUIABO	Kg	472	3223	6,83
RABANETE (Molho)	Und	504	1557	3,09
REPOLHO	Und	768	2789	3,63
RÚCULA	Und	3403	8216	2,41
SALSA	Und	2217	5026	2,27
COGUMELO (Bandeja 200g)	Und	506	8607	16,90
TAIOBA	Und	1012	3151	3,11
TOMATE	Kg	3519	36535	10,38
UVA (Bandeja 400g)	Und	567	6001	10,58
VAGEM	Kg	385	3796	9,86
Valor total			R\$ 445.025,00	
Valor médio mensal			R\$ 37.085,42	

B – Tabela de oferta de produtos ofertados na feira da praça Bom Pastor seus respectivos valores praticados no ano de 2020.

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ TOTAL	R\$ MEDIO
ABACATE	Kg	314	2938	9,36
ABACAXI	Und	518	3835	7,40
ABOBORA	Kg	596	3861	6,48
ALFACE	Und	2644	7933	3,00
ALHO PORO	Und	237	738	3,11
BANANA	Kg	2688	11197	4,17
BATATA	Kg	712	7397	10,39
BATATA DOCE	Kg	624	5450	8,73
BERINJELA	Kg	140	1041	7,44
BETERRABA	Und	439	1771	4,03
BLACK BERRY (Bandeja 250g)	Und	91	768	8,44
BROCOLIS	Und	370	2141	5,79
CEBOLA	Kg	699	8661	12,39
CEBOLINHA	Und	600	1485	2,48
CENOURA (Molho)	Und	725	7279	10,04
CHUCHU	Kg	248	1598	6,44
COUVE	Und	1099	3335	3,03
COUVE FLOR	Und	267	1738	6,51
ESPINAFRE	Und	330	1154	3,50
FEIJÃO	Kg	131	1883	14,37
GENGIBRE	Kg	59	1096	18,58
HORTELÃ	Und	76	189	2,49
INHAME	Kg	596	4693	7,87
LARANJA	Kg	651	4803	7,38
LIMÃO	Kg	742	5272	7,11
MAÇÃ	Kg	695	10804	15,55
MAMÃO	Kg	38	379	9,97
MANDIOCA	Kg	459	2792	6,08
MANGA	Kg	353	2979	8,44
MANJERICÃO	Und	131	327,5	2,50
MARACUJÁ	Kg	88	917	10,42
MELANCIA	Kg	8	199	24,88
MELÃO	Kg	250	2301	9,20
MEXERICA	Kg	114	821	7,20
MORANGO (Bandeja 250g)	Und	236	2142	9,08
MOSTARDA	Und	144	416	2,89
OVOS	Und	316	5540	17,53
PEPINO	Kg	125	1029	8,23
PERA	Kg	42	924	22,00
PIMENTÃO	Kg	30	557	18,57
QUIABO	Kg	27	387	14,33
RABANETE (Molho)	Und	120	594	4,95
REPOLHO	Und	180	692	3,84
RÚCULA	Und	954	2857	2,99
SALSA	Und	423	1062	2,51
COGUMELO (Bandeja 200g)	Und	368	5619	15,27
TAIOBA	Und	156	463	2,97
TOMATE	Kg	1674	17552	10,49
UVA (Bandeja 400g)	Und	220	2853	12,97
VAGEM	Kg	152	1090	7,17
Valor total			R\$ 157.552,50	
Valor médio mensal			R\$ 13.129,38	

C – Tabela de oferta de produtos ofertados na feira da praça Bom Pastor seus respectivos valores praticados no ano de 2021.

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ TOTAL	R\$ MEDIO
ABACATE	Kg	126	956	7,59
ABACAXI	Und	201	1302	6,48
ABOBORA	Kg	214	1659	7,75
ALECRIM	Und	15	52,5	3,50
ALFACE	Und	979	2937	3,00
ALHO PORO	Und	313	766	2,45
BANANA	Kg	1151	5218	4,53
BATATA	Kg	211	2131	10,10
BATATA DOCE	Kg	268	2228	8,31
BERINJELA	Kg	99	705	7,12
BETERRABA	Und	45	370	8,22
BLACK BERRY (Bandeja 250g)	Und	69	650	9,42
BROCOLIS	Und	20	196	9,80
CEBOLA	Kg	273	2694	9,87
CEBOLINHA	Und	165	412	2,50
CENOURA (Molho)	Und	123	1185	9,63
CHUCHU	Kg	100	677	6,77
COUVE	Und	464	1392	3,00
COUVE FLOR	Und	19	107	5,63
FEIJÃO	Kg	26	397	15,27
GENGIBRE	Kg	18	343	19,06
HORTELÃ	Und	49	123	2,51
INHAME	Kg	190	1577	8,30
JILO	Kg	80	571	7,14
LARANJA	Kg	72	552	7,67
LIMÃO	Kg	303	2246	7,41
MAÇÃ	Kg	241	4776	19,82
MANDIOCA	Kg	100	559	5,59
MANGA	Kg	260	1848	7,11
MANJERICÃO	Und	118	295	2,50
MARACUJÁ	Kg	92	1129	12,27
MELANCIA	Kg	50	279	5,58
MELÃO	Kg	113	1373	12,15
MEXERICA	Kg	25	221	8,84
MORANGO (Bandeja 250g)	Und	81	725	8,95
OVOS	Und	232	4337	18,69
PEPINO	Kg	22	183	8,32
PIMENTÃO	Kg	15	271	18,07
QUIABO	Kg	89	895	10,06
RABANETE (Molho)	Und	6	30	5,00
REPOLHO	Und	23	95	4,13
RÚCULA	Und	384	1181	3,08
SALSA	Und	168	420	2,50
COGUMEg	10	109	10,90	
Valor total			R\$ 59.171,50	
Valor médio mensal			R\$ 4.930,96	

**E – Tabela de oferta de produtos ofertados na Feira do Bom Pastor, Juiz de Fora-MG
(continua)**

Produto	Meses do ano												Nº de meses de ocorrência
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Alecrim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Alface	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Alho poro	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Banana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Batata	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Batata doce	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Berinjela	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Beterraba	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cebola	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cebolinha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cenoura (molho)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cheiro verde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Chuchu	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Couve	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Feijão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Gengibre	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Hortelã	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Inhame	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Jilo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Laranja	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Limão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Maçã	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Mandioca	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Manjericão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Mostarda	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Ovos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Rabanete (molho)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Rúcula	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Salsa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Cogumelo (Band. 200g)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Taioba	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Tomate	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Vagem	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Abobora	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	10
Espinafre		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		10

E – Tabela de oferta de produtos ofertados na Feira do Bom Pastor, Juiz de Fora-MG (conclusão).

Produto	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Nº de meses de ocorrência
Quiabo	X	X	X	X	X				X	X	X	X	9
Repolho			X	X	X	X	X	X	X	X	X		9
Abacaxi				X	X	X	X	X	X	X	X		8
Mamão	X	X	X						X	X	X	X	7
UVA (Bandeja 400g)				X	X	X	X	X	X	X			7
Abacate					X	X	X	X	X	X			6
Brócolis					X	X	X	X	X	X			6
Couve flor					X	X	X	X	X	X			6
Maracujá	X	X	X							X	X	X	6
Melancia	X	X	X	X							X	X	6
Melão	X	X	X	X							X	X	6
Pimentão				X	X	X	X	X	X				6
Manga	X	X								X	X	X	5
Pepino			X	X	X	X	X						5
Black berry (Band. 250g)	X	X									X	X	4
Mexerica					X	X	X	X					4
Morango (Band. 250g)				X	X	X	X						4
Kiwi					X	X	X						3
Pera					X	X	X						3

As cores na coluna de nº de meses de ocorrência mostram a variação dos produtos ao longo do ano, onde verde há presença durante todo o ano e quanto mais alaranjado/avermelhado fica, menor a ocorrência.